

CAMPUS PIRANHAS INST. FED. DE EDUC. TEC AL

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	152802-CAMPUS PIRANHAS INST. FED. DE EDUC. TEC AL	WELLTON AMORIM FALCAO DE LIMA	19/05/2026 14:44 (v 0.4)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	29/2026	23041.016137/2026-42

1. DO OBJETO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS PIRANHAS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23041.016137/2026-42**

CONTRATANTE (UASG)

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS-CAMPUS PIRANHAS (152802)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E MONITORAMENTO DA PISCINA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, UNIDADE CAMPUS PIRANHAS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 123.050,40

DATA DA SESSÃO

01/06/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h até 14h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23041.016137/2026-42

Torna-se público que o(a) INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS-CAMPUS PIRANHAS, por meio do DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, sediado(a) AVENIDA SERGIPE, S/N, VILA SERGIPE, XINGÓ, PIRANHAS-AL, CEP 57460-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E MONITORAMENTO DA PISCINA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, UNIDADE CAMPUS PIRANHAS** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 1 (um) item, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 Do agrupamento de itens: no tocante ao planejamento de compras, a nova Lei de Licitações, a Lei nº 14.133 /2021, estabelece em seu artigo 40, inciso V, alínea "b", como princípio, entre outros, o do parcelamento "quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso", dispondo sobre algo similar no seu artigo 47, inciso II, mencionando o princípio do parcelamento como obrigatório "quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso". Importante complementar essas disposições iniciais com as sub regras aplicáveis. No caso de compras, deve-se observar as ressalvas dos parágrafos segundo e terceiro do artigo 40 da lei: "§2º. Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados: I — a viabilidade da divisão do objeto em lotes; II — o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e III — o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. §3º. O parcelamento não será adotado quando: I — a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo

fornecedor; II — o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido; III — o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo". Conforme o que preconiza o §3º, no presente caso, o agrupamento em lote assegura a uniformidade e a compatibilidade técnica entre os módulos habitacionais que comporão os ambientes modulares de mesma natureza de aplicação, garantindo a padronização necessária para a harmonização estética e funcional dos espaços, além de evitar incompatibilidades que poderiam surgir caso houvesse múltiplos fornecedores. Essa tecnologia construtiva, para ser bem-sucedida, exige compatibilidade técnica integral dos módulos habitacionais para diferentes fins. Caso os módulos habitacionais não sejam de um único fornecedor, há o risco do edifício modular torna-se um mosaico de diferentes tecnologias incompatíveis entre si, com severas consequências em compatibilização técnica, habitabilidade, compatibilização arquitetônica e gestão da garantia da edificação conforme preconizada pelo Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor. O agrupamento dos itens visa uma gestão mais racionalizada e eficiente do processo licitatório, conforme o princípio da eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal, a Administração atuará de forma a otimizar a utilização dos recursos disponíveis, assegurando a melhor relação entre meios e fins. Com o agrupamento ocorre a facilitação na organização e controle da licitação e da execução contratual, permitindo uma segmentação clara e objetiva dos diferentes tipos de módulos habitacionais, de acordo com suas especificidades técnicas e funcionais. Além disso, os critérios de avaliação das propostas podem ser claramente definidos e adaptados às especificidades do grupo de itens, garantindo que as propostas sejam julgadas de forma adequada. Isso assegura a escolha da proposta mais vantajosa, em conformidade com o princípio da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa. O agrupamento dos itens em lote permite a participação de fornecedores especializados, garantindo a qualidade dos produtos e serviços contratados, visto que ao segmentar os módulos habitacionais em grupo, a Administração permite que empresas com expertise possam competir de forma mais eficiente e oferecer soluções de maior qualidade. Assim, a Administração se beneficia de soluções mais avançadas e eficientes, que atendem melhor às necessidades específicas dos diferentes ambientes. A aquisição em lote permite a obtenção de economias de escala, reduzindo os custos unitários dos módulos habitacionais e dos serviços correlatos; o que é especialmente vantajoso, pois possibilita a negociação de melhores condições comerciais com fornecedores, devido ao aumento do volume de aquisição, o que resulta em preços mais competitivos e favoráveis à Administração. O agrupamento visa assegurar a qualidade e a conformidade técnica dos módulos habitacionais, princípios fundamentais na execução de contratos públicos, também visa evitar potenciais conflitos entre fornecedores e problemas de coordenação, que podem gerar atrasos na execução contratual. São fatores que poderiam comprometer o sucesso do objeto licitado. A conformidade técnica é assegurada pela definição clara e precisa das especificações no edital de licitação, que detalha os padrões de qualidade esperados. Incluindo requisitos relativos aos materiais utilizados, métodos de construção, certificações necessárias e desempenho esperado dos módulos. Ao estabelecer critérios de avaliação e seleção das propostas, a Administração garante que apenas fornecedores capacitados e que comprovem atender às exigências técnicas possam participar do certame.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.10 Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.8 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A4]

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A5] [A6]

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário com desconto e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015[A6]).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.[A7]

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A9] [A10]

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.13. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A2]

8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A3] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.23.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.23.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.23.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.23.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;[A4]

8.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A5]

8.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para ns de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.
- 9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado via e-mail - **adm.piranhas@ifal.edu.br** e/ou contato telefônico **+55 82 2126-6445**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 7 (sete) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 7 (sete) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7. 1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10.8.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967 /2024.

10.9. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **da IES**.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.7.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.7.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **adm.piranhas@ifal.edu.br** e/ou pelo telefone **+55 82 2126-6445**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [inserir endereço eletrônico].

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.2. Anexo II - Estudo Técnico Preliminar;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WELLTON AMORIM FALCÃO DE LIMA

Agente de contratação

ANTONIO IATANILTON DAMASCENO DE FRANCA

Autoridade competente

CAMPUS PIRANHAS INST. FED. DE EDUC. TEC AL

Termo de Referência 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	152802-CAMPUS PIRANHAS INST. FED. DE EDUC. TEC AL	WELLTON AMORIM FALCAO DE LIMA	19/05/2026 14:36 (v 0.4)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	29/2026	23041.016137/2026-42

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E MONITORAMENTO DA PISCINA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, UNIDADE CAMPUS PIRANHAS**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4 A relação de itens a serem adquiridos contam no **ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS** deste Termo de Referência.

1.5 As especificações técnicas, requisitos de execução, critérios operacionais, obrigações da contratada e demais requisitos técnicos da contratação encontram-se detalhados no **ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS** deste Termo de Referência.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme DFD e Declaração de Ajuste do PCA anexa aos autos do processo administrativo.

2.3 A relação de itens a serem adquiridos contam no **ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS** deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, nos autos do processo administrativo.

3.2 A relação de itens a serem adquiridos contam no **ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS** deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A empresa contratada deverá adotar práticas sustentáveis desde a origem dos insumos até a entrega final, garantindo que os produtos fornecidos para as aulas práticas atendam aos padrões de responsabilidade socioambiental. Todos os gêneros fornecidos devem ser adquiridos de fornecedores que possuam comprometimento com processos que minimizem os impactos ambientais, como o uso adequado dos recursos naturais, a redução de desperdícios e a aplicação de tecnologias limpas ao longo da cadeia de produção. Além disso, os produtos fornecidos deverão ser embalados de forma eco eficiente, preferencialmente com materiais recicláveis, biodegradáveis ou reutilizáveis, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2 Para garantir a qualidade e integridade dos insumos, especialmente os perecíveis, a empresa deverá seguir critérios rigorosos no transporte e no armazenamento, utilizando veículos com baixas emissões de carbono e processos logísticos que minimizem o impacto ambiental. Esse compromisso com a sustentabilidade se estende não apenas aos produtos, mas também à gestão de resíduos gerados durante o período adequado, promovendo a segregação e a destinação adequada, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

4.3 A melhoria dessas práticas sustentáveis contribuirá para o alinhamento da contratação com os objetivos de desenvolvimento sustentável do IFAL – Campus Piranhas e possibilitará a continuidade de suas atividades pedagógicas com a devida responsabilidade social e ambiental.

4.4 Além disso, uma logística de fornecimento deve ser organizada para melhorar o transporte, priorizando rotas que reduzam o consumo de combustíveis fósseis e a emissão de gases de efeito estufa, além de adotar práticas de colocação de cargas sempre que possível, minimizando a pegada ambiental do processo.

4.6 A empresa contratada deverá demonstrar, ainda, a existência de políticas internas de gestão ambiental e de segurança no relacionado aos produtos, garantindo que todas as etapas – desde a produção, passando pelo transporte e armazenamento, até a entrega final – sejam cumpridas em conformidade com as melhores práticas de sustentabilidade e com as normativas ambientais vigentes. Essa exigência inclui a implementação de um sistema de gerenciamento de resíduos, que contempla a segregação, a reciclagem e a destinação final correta das embalagens e demais resíduos gerados, contribuindo para a redução dos impactos ambientais associados ao descarte inadequado desses materiais. Ao monitorar esses requisitos ao objeto de contratação, o IFAL – Campus Piranhas reafirma seu compromisso com a sustentabilidade, garantindo que a aquisição dos gêneros alimentados não apenas atenda às necessidades pedagógicas, mas também promove o desenvolvimento de uma cadeia de abastecimento mais responsável e ecologicamente equilibrada, em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e com o planejamento estratégico institucional. Dessa forma, a adoção desses critérios sustentáveis

possibilita não apenas a melhoria da qualidade dos insumos e a segurança alimentar dos produtos fornecidos, mas também a promoção de um modelo de contratação que valoriza a transparência, a economicidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos, contribuindo para a formação integral dos alunos e para o fortalecimento do compromisso do IFAL com a proteção ambiental e a sustentabilidade.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: A indicação de marcas, características ou modelos específicos será admitida exclusivamente nos casos em que houver justificativa técnica nos Estudos Técnicos Preliminares, visando assegurar a compatibilidade com as instalações existentes, a padronização de materiais e a durabilidade do objeto contratado. A especificação dos produtos deverá observar critérios de qualidade, desempenho e conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente as da ABNT, garantindo que o fornecimento e a instalação atendam plenamente às necessidades do Ifal – Campus Piranhas.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não serão aceitos produtos que não atendam às especificações técnicas mínimas estabelecidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

4.3.1. Serão vedadas marcas que não possuam qualidade mínima exigida no edital ou que não apresentem comprovação de desempenho satisfatório em contratações similares realizadas pela Administração Pública.

4.3.2. Não será permitido o fornecimento de gêneros alimentícios de origem ilegal ou sem certificação de manejo sustentável, garantindo o cumprimento das diretrizes ambientais e normativas vigentes.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.7 As especificações técnicas, requisitos de execução, critérios operacionais, obrigações da contratada e demais requisitos técnicos da contratação encontram-se detalhados no **ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS** deste Termo de Referência.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de início da execução dos serviços é de 30 dias, contados do(a) recebimento da Ordem de Serviço/Nota de Empenho.

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.4. A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.5. A garantia abrange a realização da substituição de itens pelo próprio Contratado, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.6. Entende-se por substituição corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos itens, compreendendo a substituição de partes, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.7. Os itens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos dos itens listados no Termo de Referência.

5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos itens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir da data de retirada do item das dependências da Administração pelo Contratado.

5.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar item equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução da substituição.

5.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar ajustes ou a substituição do item ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.12. O custo referente ao transporte dos itens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Especificações técnicas

6. As especificações técnicas, requisitos de execução, critérios operacionais, obrigações da contratada e demais requisitos técnicos da contratação encontram-se detalhados no **ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS** deste Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. O fiscal técnico do contrato parametrizará suas ações de fiscalização consoantes às ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS, as EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, e as EXIGÊNCIAS DE AMOSTRAS E LAUDOS TÉCNICOS, detalhadas no **APÊNDICE A** deste Termo de Referência.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de

serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Especificações técnicas

6.16 As especificações técnicas, requisitos de execução, critérios operacionais, obrigações da contratada e demais requisitos técnicos da contratação encontram-se detalhados no **ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS** deste Termo de Referência.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 45 dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão eletrônico, com **fundamento na hipótese do artigo 75, inciso II** (Dispensa Eletrônica), **da Lei n.º 14.133/2021**, que culminará com a seleção da proposta de **MAIOR DESCONTO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.23. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.28. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.31. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.34. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.35. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.36. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.36.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.36.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.36.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.36.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.37. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.38. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.39. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.40. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.41. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.42. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.42.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.42.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.42.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.42.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.42.5. As especificações técnicas, requisitos de execução, critérios operacionais, obrigações da contratada e demais requisitos técnicos da contratação encontram-se detalhados no **ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS** deste Termo de Referência..

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 123.050,40

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 123.050,40 (cento e vinte e três mil, cinquenta reais, e quarenta centavos)**.

9.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto é o indicado o item 9.1.

9.3. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 152802;
Fonte de Recursos: 100000000;
Programa de Trabalho: 231719;
Elemento de Despesa: 339039;
Plano Interno: L0000P23F7N;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

LOCAL E DATA: Piranhas - AL, 19/5/2026.

11. 11. Anexos

11. ANEXOS

11.1. Em anexo ao presente Termo de Referência seguem os seguintes documentos:

ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS;

ANEXO II - REQUISITOS TÉCNICOS.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIANO ALEXANDRE DA SILVA NETO FILHO
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

FABIANO BARBOSA DE SOUZA PRATES
DIRETOR DE ENSINO

ANTONIO IATANILTON DAMASCENO DE FRANCA
DIRETOR-GERAL

WELLTON AMORIM FALCAO DE LIMA
Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 14:36:24.

CAMPUS PIRANHAS INST. FED. DE EDUC. TEC AL

Estudo Técnico Preliminar 9/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23041.016137/2026-42

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por finalidade atender a uma ou mais necessidades institucionais vinculadas às atividades finalísticas e administrativas do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), conforme detalhado no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, o qual contempla a descrição, códigos de classificação, unidades de medida e quantitativos dos itens demandados, e será atualizado conforme o escopo de cada novo processo de contratação. Tais itens correspondem a bens ou serviços essenciais para assegurar o adequado funcionamento das unidades acadêmicas, administrativas e operacionais da Instituição.

A demanda decorre de análise interna que identificou lacunas de abastecimento, necessidade de reposição de materiais de consumo ou permanentes, contratação de serviços especializados, manutenção preventiva e corretiva de estruturas e equipamentos, bem como a adequação da infraestrutura física e tecnológica para atendimento dos requisitos mínimos de funcionamento institucional.

Conforme estabelece o Capítulo 10 do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAL (PDI/IFAL 2024–2028), a infraestrutura é fator estruturante para o cumprimento da missão institucional. O documento destaca: “a adequada infraestrutura física e tecnológica é essencial para garantir a qualidade do ensino, pesquisa, extensão e da gestão administrativa no IFAL” (PDI, Cap. 10, p. 263). Ainda segundo o PDI, o ambiente institucional deve estar continuamente preparado para responder às exigências normativas, pedagógicas e operacionais que impactam o desempenho acadêmico e a prestação do serviço público educacional.

Além disso, o PDI explicita que a ausência ou defasagem de determinados insumos ou estruturas pode comprometer indicadores estratégicos, como permanência estudantil, desempenho acadêmico, oferta de cursos e eficiência na gestão de recursos. Nesse sentido, o objetivo estratégico OEP2 – Garantir as infraestruturas física e tecnológica adequadas, com foco na otimização da oferta de cursos e no desempenho das atividades acadêmicas e administrativas (PDI, Quadro 1) orienta diretamente a necessidade da presente contratação.

A demanda também está associada ao objetivo OEP1 – Assegurar aos discentes condições de acesso, permanência e conclusão com êxito, cujas metas estão diretamente relacionadas à disponibilidade de ambientes adequados, suprimentos educacionais e recursos logísticos essenciais à permanência estudantil, como laboratórios, equipamentos, serviços de apoio e material de consumo necessário às atividades pedagógicas.

Por sua vez, a execução regular e eficaz das atividades administrativas e acadêmicas exige estrutura de apoio compatível com os volumes operacionais da instituição. É nesse sentido que o PDI destaca como fraqueza institucional a “insuficiência de recursos materiais e de infraestrutura para atender às demandas crescentes dos campi” (PDI/IFAL, diagnóstico estratégico, Cap. 1). Tal situação compromete a fluidez de processos internos e impõe à Administração a obrigação de planejar e realizar contratações capazes de mitigar tais fragilidades.

Ademais, a dinâmica institucional do IFAL — com múltiplos campi distribuídos por todo o território alagoano — requer soluções padronizadas, adaptáveis e descentralizadas para suprir demandas específicas e locais. O caráter genérico do objeto da contratação descrito neste Estudo Técnico Preliminar permite a flexibilização das especificações conforme a realidade de cada campus ou unidade administrativa, assegurando economicidade, eficiência e aderência às metas de desempenho e qualidade da gestão pública.

Importante destacar que, conforme orientação do Capítulo 13 do PDI/IFAL, as necessidades institucionais devem ser continuamente monitoradas, com vistas à atualização periódica dos instrumentos de planejamento, acompanhamento e controle. Tal prática assegura que a presente contratação esteja alinhada à metodologia de gestão estratégica adotada pelo IFAL, promovendo a racionalização do gasto público e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Portanto, a presente contratação visa suprir necessidades legítimas, identificadas a partir da realidade institucional, e está respaldada em fundamentos técnicos, legais e estratégicos. Sua realização se revela imprescindível para a continuidade e melhoria das atividades desenvolvidas pelo Instituto Federal de Alagoas, contribuindo para o cumprimento da missão institucional de “formar profissionais com excelência acadêmica, responsabilidade social e compromisso com o desenvolvimento sustentável e a inclusão social” (PDI/IFAL, Missão Institucional).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEPARTAMENTO DE ENSINO	FABIANO BARBOSA DE SOUZA PRATES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação visa atender à demanda de aquisição de bens ou contratação de serviços essenciais ao funcionamento do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, observando os requisitos mínimos exigidos para garantir o desempenho adequado das atividades institucionais, conforme as diretrizes estratégicas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFAL 2024–2028).

Os requisitos da contratação estão diretamente relacionados à necessidade de padronização, rastreabilidade e adequação técnica dos materiais e serviços, respeitando os códigos e classificações oficiais do Catálogo de Materiais e Serviços do Governo Federal (CATMAT e CATSERV). A descrição detalhada dos itens, incluindo suas especificações técnicas, unidades de fornecimento, quantidade estimada, frequência de utilização, categoria de classificação e correspondência no CATMAT ou CATSERV, está consolidada no documento anexo intitulado ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, parte integrante deste Estudo Técnico Preliminar.

Tais requisitos visam garantir não apenas a aquisição eficiente, mas a plena funcionalidade dos itens no contexto dos ambientes educacionais e administrativos da Instituição, como laboratórios, bibliotecas, salas de aula, setores administrativos, áreas de convivência, refeitórios, centros de pesquisa e inovação, ambientes virtuais, e demais setores vinculados às finalidades institucionais do IFAL.

O PDI/IFAL reconhece que a infraestrutura institucional deve estar continuamente atualizada para dar suporte ao cumprimento da missão da Instituição. No Capítulo 10, o documento aponta que “a modernização dos espaços físicos e tecnológicos deve ser planejada em consonância com a expansão da oferta de cursos e com as metas institucionais de qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão”. Isso exige que os requisitos técnicos das contratações estejam aderentes a padrões normativos, critérios de desempenho e políticas públicas setoriais.

Além disso, o IFAL adota como princípio o uso racional de recursos públicos. Assim, os requisitos da presente contratação contemplam critérios que garantam:

- Conformidade técnica e operacional: cada item ou serviço a ser contratado deverá atender a especificações técnicas compatíveis com sua finalidade institucional, considerando normativos vigentes e boas práticas de uso no setor público.
- Durabilidade e vida útil adequada: os bens permanentes deverão apresentar resistência, robustez e garantia técnica mínima, a fim de evitar reposições prematuras e garantir maior eficiência no ciclo de vida do material.
- Compatibilidade com o ambiente físico e tecnológico existente: os materiais e equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações prediais, redes elétricas, hidráulicas, de dados e comunicação já disponíveis nos campi e unidades do IFAL.
- Adequação à legislação ambiental, sanitária e de segurança do trabalho: todos os itens e serviços deverão respeitar os princípios da sustentabilidade ambiental, uso racional de recursos naturais e segurança para os usuários, em consonância com as diretrizes da Política de Sustentabilidade da Instituição.
- Capacidade de atendimento descentralizado: a contratação deve prever a logística de entrega, manutenção ou execução dos serviços em múltiplos campi do IFAL, distribuídos por diferentes regiões do Estado de Alagoas, o que implica a necessidade de cláusulas contratuais específicas para transporte, instalação, suporte técnico e garantias.
- Integração com os sistemas administrativos da instituição: os bens adquiridos deverão, sempre que aplicável, estar aptos à integração com os sistemas de gestão patrimonial, acadêmica, contábil e administrativa, como o SIPAC, SIGAA, SUAP e outros.
- Viabilidade de manutenção preventiva e corretiva: no caso de bens de maior complexidade tecnológica, os requisitos deverão prever a disponibilidade de assistência técnica autorizada, fornecimento de peças e suporte local ou remoto.

No que diz respeito à classificação, todo item incluído no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS deverá conter obrigatoriamente o código CATMAT (para materiais) ou CATSERV (para serviços) correspondente, a fim de garantir padronização nacional, interoperabilidade nos sistemas federais e conformidade com o art. 17 da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017, ainda referencialmente aplicada no que não contraria a nova Lei de Licitações.

A adequada especificação dos itens da contratação também se ancora nos fundamentos do Capítulo 4 do PDI/IFAL, que trata da organização didático pedagógica da instituição, reforçando que “a infraestrutura física e tecnológica é um dos pilares para viabilizar a formação integral dos estudantes, devendo atender às exigências dos projetos pedagógicos dos cursos e às diretrizes curriculares nacionais”. Dessa forma, a contratação de itens inadequados ou com especificações genéricas e imprecisas pode comprometer diretamente a qualidade do ensino ofertado.

No mesmo sentido, o Capítulo 12 do PDI/IFAL, ao tratar da governança e sustentabilidade institucional, afirma que “o processo decisório na gestão pública deve considerar critérios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, sendo indispensável a adoção de práticas de planejamento e controle que otimizem os resultados institucionais”. Isso reforça a necessidade de que os requisitos aqui definidos estejam alinhados com os princípios da governança pública e com a missão institucional do IFAL.

Além dos aspectos técnicos, os requisitos também observam o alinhamento com os seguintes princípios administrativos previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021:

- Planejamento e transparência: por meio da descrição clara e objetiva dos bens e serviços, com base em critérios previamente definidos.
- Eficiência e padronização: ao adotar classificações universais (CATMAT/CATSERV) e exigências técnicas compatíveis com o uso institucional.
- Sustentabilidade: ao prever condições de logística reversa, uso racional de recursos naturais e preferência por itens de menor impacto ambiental, nos termos do art. 20 da referida Lei.

No âmbito da gestão administrativa, os requisitos da contratação deverão assegurar a adequação dos materiais e serviços à rotina institucional, respeitando a sazonalidade das atividades acadêmicas, a diversidade dos campi e a complexidade das unidades de ensino e pesquisa. A aquisição de bens deverá ocorrer preferencialmente em conformidade com as metas físicas e orçamentárias da unidade, com base no Plano Interno (PI) e no Plano Anual de Contratações (PAC), assegurando alinhamento com a programação institucional.

Por fim, o conteúdo do ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS deverá ser permanentemente revisado e atualizado por equipe técnica competente, como parte integrante da fase preparatória da contratação, conforme estabelecido no art. 18, §1º, I da Lei nº 14.133/2021. O detalhamento dos itens, devidamente compatível com os sistemas oficiais de compras públicas, constitui requisito obrigatório e indispensável à deflagração do processo licitatório.

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento de mercado tem como finalidade subsidiar tecnicamente a fase preparatória da contratação, cujos itens estão descritos no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS. Este anexo contempla a especificação técnica de materiais e/ou serviços, suas unidades de medida, estimativas quantitativas, bem como os respectivos códigos de classificação no Catálogo de Materiais (CATMAT) e/ou no Catálogo de Serviços (CATSERV) do Governo Federal.

Em conformidade com o disposto no art. 7º, inciso III da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, o levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas disponíveis, com vistas à obtenção de soluções mais vantajosas para a Administração Pública. Nessa etapa, foram consideradas:

- Contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de identificar metodologias, tecnologias e padrões de fornecimento mais adequados às necessidades da Instituição;
- Consultas técnicas com fornecedores do setor público e privado, por meio de pesquisa de preços, trocas de informações técnicas e levantamentos documentais;
- Análises de registros de preços vigentes em instituições congêneres, como institutos federais, universidades e autarquias, com ênfase em órgãos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O Instituto Federal de Alagoas adota como princípio de governança a contratação pública baseada em dados concretos de mercado, fundamentada em evidências e alinhada ao planejamento estratégico institucional. Conforme dispõe o Capítulo 1 do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAL (PDI/IFAL 2024–2028): “As decisões institucionais devem ser orientadas por dados confiáveis, a partir da análise diagnóstica do ambiente interno e externo da Instituição, com vistas à racionalização do gasto público e à qualidade do serviço educacional prestado”.

Nesse contexto, o levantamento de mercado foi realizado com base em múltiplas fontes de informação, dentre as quais se destacam:

1. Análise de contratações similares no setor público: foram consultadas atas de registro de preços, editais, contratos e termos de referência disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Compras.gov.br, Catálogo de Compras do SIASG, Painel de Preços do Governo Federal e sítios eletrônicos de institutos federais, universidades e autarquias.
2. Consultas técnicas com fornecedores do setor privado: foram solicitadas cotações de preços atualizadas junto a empresas especializadas, respeitando critérios de isonomia, impessoalidade e vedação à vinculação a marcas. Essas cotações permitiram levantar informações sobre prazos de entrega, garantias, assistência técnica e condições de comercialização.

3. Estudos internos e registros históricos da própria Instituição: foram utilizados dados de contratações anteriores disponíveis no SIPAC, análises de consumo por unidade gestora, relatórios de execução contratual, bem como pareceres técnicos emitidos por setores demandantes.
4. Análise da oferta e competitividade do mercado: verificou-se a existência de ampla variedade de fornecedores aptos a atender aos requisitos mínimos da contratação. Entretanto, em alguns casos, como em materiais especializados ou serviços técnicos com elevado grau de qualificação, observou-se concentração de mercado. Nesses casos, os requisitos foram revisados para evitar restrição indevida à competitividade, conforme dispõe o §1º do art. 7º da IN nº 40/2020.
5. Mapeamento de inovações e novas metodologias: a partir das informações coletadas junto a fornecedores e registros de contratos de outras instituições, foram identificadas soluções mais eficientes, sustentáveis ou tecnológicas que agregam valor ao objeto da contratação.

O valor estimado da contratação foi definido com base na mediana das cotações válidas, conforme preconiza o art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022. Tal valor está indicado em campo específico dos autos processuais, e sua definição observou os critérios de razoabilidade, vantajosidade e aderência às práticas de mercado, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, os dados obtidos com o levantamento de mercado contribuíram para a definição de cláusulas contratuais e critérios de julgamento da futura licitação, tais como:

- Exigência de garantias e assistência técnica conforme a natureza do item;
- Previsão de prazos compatíveis com a capacidade produtiva ou de entrega dos fornecedores;
- Condições de parcelamento por lotes ou fornecimento parcial, conforme aplicável;
- Exigência de certificações de qualidade ou de conformidade, quando estritamente necessário;
- Inserção de critérios ambientais ou de sustentabilidade, conforme o disposto no Capítulo 12 do PDI/IFAL, que trata da responsabilidade ambiental da gestão pública.

Cabe destacar que o levantamento de mercado é parte integrante do planejamento da contratação, etapa obrigatória prevista no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Sua função é assegurar que as decisões da Administração sejam embasadas em dados objetivos, capazes de promover a eficiência, a economicidade e a transparência do processo licitatório.

O Capítulo 11 do PDI/IFAL, ao tratar da capacidade orçamentária e da sustentabilidade financeira da Instituição, orienta que “o processo de planejamento e execução da despesa pública deve observar critérios técnicos e mercadológicos que assegurem o equilíbrio entre a previsão de receitas, os gastos institucionais e os resultados esperados com a aplicação dos recursos”. Assim, o levantamento de mercado não apenas cumpre uma exigência legal, mas também se alinha às práticas de governança estabelecidas pelo próprio IFAL.

Por fim, reafirma-se que, até o momento, não foi constatada restrição à competitividade, sendo mantidos critérios técnicos compatíveis com a realidade do mercado. Na hipótese de futura constatação de concentração de mercado para itens específicos, serão adotadas medidas corretivas, como flexibilização dos requisitos, revisão dos termos de referência e eventual desmembramento em lotes distintos, conforme recomendação expressa do §1º do art. 7º da IN nº 40/2020.

6. Descrição da solução como um todo

A presente contratação tem por finalidade garantir a aquisição de bens e/ou a contratação de serviços indispensáveis ao funcionamento contínuo e eficiente das atividades administrativas, acadêmicas e operacionais do Instituto Federal de Alagoas – IFAL. O detalhamento técnico da solução encontra-se descrito no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, documento que consolida os códigos de identificação (CATMAT/CATSERV), as especificações técnicas, as unidades de medida, os quantitativos estimados, a frequência de uso e as exigências específicas de desempenho, garantia e/ou manutenção quando aplicável.

A solução proposta adota uma abordagem estruturada, racional e aderente ao ciclo de planejamento institucional, respeitando os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021. O IFAL, enquanto instituição federal de ensino, possui unidades espalhadas em diversas regiões do Estado de Alagoas, com realidades operacionais distintas, o que exige uma solução capaz de ser aplicada de forma padronizada, mas com flexibilidade para atender às peculiaridades de cada campus.

Conforme determina o art. 7º, inciso IV da IN nº 40/2020, a descrição da solução envolve:

- a identificação das necessidades institucionais a serem atendidas;
- a definição do escopo e da composição dos itens a serem contratados;

- as exigências técnicas mínimas de qualidade, desempenho e compatibilidade;
- os aspectos relativos à manutenção, garantia e suporte técnico;
- e a justificativa técnica e econômica da escolha da solução.

1. Justificativa técnica da solução

A escolha da presente solução se fundamenta na análise técnica da infraestrutura necessária ao pleno funcionamento da Instituição, conforme orientações do Capítulo 10 do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAL (PDI/IFAL 2024–2028), que estabelece que “a infraestrutura deve atender aos requisitos de segurança, acessibilidade, sustentabilidade e funcionalidade, considerando as demandas dos cursos, programas e atividades administrativas desenvolvidas em cada campus”. Nesse sentido, os materiais, equipamentos e serviços indicados no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS foram selecionados para cumprir com critérios de durabilidade, padronização institucional, compatibilidade com estruturas já existentes e atualização tecnológica.

A descrição técnica dos itens foi realizada por servidores dos setores demandantes, com apoio das áreas de gestão administrativa e planejamento, considerando normas da ABNT, manuais de fabricantes, diretrizes de órgãos reguladores e referências de contratações similares. A padronização dos itens por meio de códigos CATMAT e CATSERV permite maior controle, rastreabilidade, interoperabilidade com sistemas de compras e transparência nos processos.

2. Justificativa econômica da solução

A solução adotada é tecnicamente viável e economicamente vantajosa para a Administração. A adoção de itens previamente classificados e padronizados permite a consolidação de demandas, o que, por consequência, contribui para ganhos de escala e redução de custos. Além disso, a opção por bens e serviços que atendem requisitos mínimos de qualidade, com exigência de garantia e suporte técnico quando aplicável, reduz a probabilidade de falhas recorrentes e gastos com manutenção não planejada.

O Capítulo 11 do PDI/IFAL reforça a necessidade de que as ações institucionais estejam articuladas à sustentabilidade financeira da organização, destacando que “o planejamento orçamentário e financeiro deve estar baseado em dados realistas de consumo e demanda, favorecendo a tomada de decisões mais acertadas quanto às prioridades e ao uso eficiente dos recursos públicos”.

Portanto, a escolha da solução foi orientada por critérios de economicidade, equilíbrio custo-benefício, vida útil adequada e menor custo de manutenção ao longo do tempo. Foram excluídas opções que apresentassem custos iniciais inferiores, mas alto índice de obsolescência ou baixa eficiência energética, sempre que tais dados estivessem disponíveis e fossem relevantes para a categoria de item contratada.

3. Exigências técnicas e funcionais da solução

A descrição da solução engloba requisitos mínimos de qualidade e funcionalidade, a exemplo de:

- conformidade com normas técnicas e regulamentos específicos;
- compatibilidade elétrica, estrutural e tecnológica com os ambientes onde serão instalados os bens ou executados os serviços;
- exigência de laudos, certificações ou manuais técnicos quando aplicável;
- indicação de materiais resistentes ao uso frequente ou prolongado;
- acessibilidade e ergonomia, nos casos de mobiliários e equipamentos de uso comum;
- previsão de montagem, instalação e treinamento, sempre que necessário ao uso adequado do bem ou serviço contratado.

Adicionalmente, nos casos de itens duráveis, equipamentos eletroeletrônicos ou de uso recorrente, a solução contempla:

- exigência de garantia mínima de 12 meses;
- suporte técnico local ou remoto;
- possibilidade de execução de manutenção corretiva e preventiva por rede autorizada;
- fornecimento de peças de reposição durante o prazo de garantia;
- responsabilidade técnica pela instalação e funcionamento inicial adequado dos itens.

O ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS explicita quais itens demandam manutenção, assistência técnica ou exigem certificações específicas, indicando ainda os parâmetros de aceitação técnica para efeito de recebimento definitivo.

4. Abrangência da solução

A solução abrange múltiplas naturezas de fornecimento e serviços, de modo a atender a demandas transversais dos diversos campi e unidades administrativas do IFAL. Dentre as categorias contempladas na relação de itens, destacam-se:

- materiais permanentes e de consumo para laboratórios, salas de aula e setores administrativos;
- serviços de suporte técnico, manutenção e instalação de equipamentos;
- soluções de tecnologia da informação, mobiliário e infraestrutura básica;
- insumos de apoio pedagógico e de atividades acadêmicas.

Essa abordagem integrada e multidimensional permite que o processo atenda, de forma coordenada, às necessidades de diferentes setores da instituição, otimizando o tempo de tramitação, reduzindo custos operacionais e fortalecendo a governança do processo de compras públicas.

5. Alinhamento à política institucional

A escolha da solução está plenamente alinhada aos princípios e diretrizes do planejamento institucional. Conforme estabelecido no Capítulo 4 do PDI/IFAL, “o atendimento às diretrizes pedagógicas depende diretamente da infraestrutura adequada, da qualidade dos insumos didáticos e da capacidade institucional de prover meios eficazes de apoio ao processo de ensino, pesquisa e extensão”.

Além disso, o Capítulo 12 do PDI/IFAL orienta que “a sustentabilidade institucional deve ser promovida por meio de soluções que otimizem o uso dos recursos públicos, reduzam desperdícios e ampliem a responsabilidade ambiental da instituição”. Por essa razão, a solução contempla, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade como: eficiência energética, reutilização, reciclabilidade, baixa emissão de carbono, uso de insumos certificados e preferência por fornecedores locais ou com histórico positivo em práticas ESG.

6. Conclusão

Em suma, a solução adotada atende de forma ampla, eficiente e tecnicamente justificada às necessidades do IFAL, sendo compatível com as exigências legais e institucionais. Seu detalhamento técnico está disponível em campo específico do ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, cuja organização e precisão são fundamentais para garantir a clareza do objeto, a segurança jurídica da contratação e o sucesso na obtenção do resultado esperado pela Administração Pública.

O atendimento aos requisitos da IN nº 40/2020 e da Lei nº 14.133/2021 assegura que o processo de contratação pública seja conduzido com base em planejamento adequado, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas representa etapa essencial da fase preparatória do processo licitatório, com vistas a garantir o adequado dimensionamento do objeto, a racionalização do gasto público, a prevenção de aquisições em excesso ou aquém da necessidade e a correta aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da Administração.

A presente contratação foi instruída com base em levantamento detalhado elaborado pela equipe técnica da Diretoria de Administração do Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas, cujas informações estão consolidadas em planilha anexa ao Documento de Formalização da Demanda (DFD). O detalhamento quantitativo dos itens está indicado no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, documento que integra este Estudo Técnico Preliminar, contendo para cada item: a descrição técnica, a unidade de medida, o código CATMAT ou CATSERV correspondente, o quantitativo estimado e os critérios utilizados para sua definição.

A elaboração da estimativa seguiu diretrizes objetivas, com observância ao disposto no art. 15, §7º, inciso II da Lei nº 8.666/1993, e no inciso V do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020, que exigem que os quantitativos sejam justificados em função do consumo histórico, da previsão de utilização futura, e de outros fatores concretos capazes de impactar a demanda institucional.

A metodologia adotada para estimar as quantidades teve como base os seguintes elementos:

- Análise da série histórica de consumo (últimos 3 exercícios): foram extraídos dados dos sistemas internos (SIPAC/IFAL), relatórios de execução de contratos anteriores e requisições registradas nos almoxarifados das unidades;
- Necessidades projetadas: foram consideradas alterações estruturais em curso no IFAL, como a expansão de cursos, criação de novos núcleos e laboratórios, aumento da carga horária em determinados setores e a retomada de atividades presenciais em sua plenitude, pós-pandemia;

- Substituição de bens obsoletos ou danificados: as unidades realizaram inventário dos itens com necessidade de substituição urgente, especialmente mobiliário, equipamentos de informática e materiais laboratoriais que ultrapassaram sua vida útil ou não atendem mais às exigências pedagógicas e técnicas;
- Demandas não atendidas por contratações anteriores: em alguns campi, foram identificadas falhas de fornecimento em exercícios anteriores, motivadas por deserta de certames, cancelamento contratual ou inadequação técnica dos itens ofertados, o que gerou acúmulo de demandas represadas;
- Expectativas de eventos futuros e sazonalidades: consideraram-se, ainda, variáveis que podem impactar a quantidade a ser contratada, como a previsão de aumento no número de matrículas, realização de eventos institucionais, safras agrícolas para cursos técnicos em agropecuária, entre outros.

Conforme estabelece o Capítulo 11 do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAL, “as projeções de despesas e aquisições devem ser fundamentadas em dados reais, permitindo maior previsibilidade, segurança administrativa e sustentabilidade financeira”. Dessa forma, a metodologia da estimativa integra o planejamento estratégico institucional, contribuindo com a efetividade da gestão orçamentária.

Para dar suporte à estimativa, foram utilizados os seguintes documentos e bases de dados:

- Relatórios de consumo de materiais permanentes e de consumo gerados pelo SIPAC;
- Processos de aquisição e execução de contratos anteriores, incluídas as planilhas de saldo remanescente;
- Solicitações formalizadas pelas coordenações pedagógicas, diretoria de ensino e setor de tecnologia da informação;
- Registros de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos;
- Dados orçamentários das unidades, considerando o histórico de dotação e execução;
- Levantamentos patrimoniais e laudos técnicos de obsolescência.

Cada campus apresentou suas estimativas a partir de planilha padrão padronizada pela Reitoria, contendo os dados quantitativos e a justificativa técnica por item. Os dados foram validados em reuniões técnicas com as equipes da Diretoria de Administração, com o apoio da Coordenação de Compras e da Coordenação de Planejamento Institucional.

O Capítulo 1 do PDI/IFAL ressalta a importância da articulação entre os setores administrativos e acadêmicos para o sucesso das ações de planejamento, destacando que “a participação ativa dos campi e das unidades descentralizadas é fundamental para o levantamento preciso das necessidades institucionais”.

A estimativa de quantidades levou em consideração a existência de outras contratações em curso e a possibilidade de ganho de escala. Sempre que possível, foram agrupadas demandas comuns entre campi e setores administrativos para permitir a realização de licitação única, otimizando a alocação dos recursos públicos.

A consolidação das necessidades no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS evita duplicidade de esforços licitatórios, promove padronização institucional e reduz o tempo de tramitação dos processos. Ademais, a interdependência com outras contratações também foi avaliada, especialmente nos casos em que itens distintos compartilham insumos ou dependem de serviços complementares (ex: aquisição de equipamentos que requerem posterior instalação).

Conforme prevê o Capítulo 12 do PDI/IFAL, “a eficiência administrativa depende da adoção de soluções integradas, capazes de articular as diversas áreas da gestão institucional em prol de objetivos comuns”.

Cada item constante no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS apresenta, além do quantitativo projetado, a respectiva justificativa técnica, com base nos critérios acima citados. Em alguns casos, a estimativa foi fixada em valores máximos, considerando margens de segurança frente à possibilidade de aumento do número de alunos, substituição de equipamentos em situação crítica ou expansão de projetos pedagógicos e de pesquisa.

No caso de serviços, foram estimadas quantidades com base em tempo médio de execução, frequência de utilização, número de unidades atendidas e padrão de atendimento técnico mínimo necessário. A proporcionalidade entre o quantitativo e a capacidade de atendimento do mercado também foi considerada, de modo a evitar desequilíbrio contratual e garantir a viabilidade econômica da contratação.

O Capítulo 4 do PDI/IFAL destaca que “a qualidade da educação ofertada depende diretamente da capacidade da instituição de prover os meios e recursos necessários ao funcionamento pleno de seus ambientes de aprendizagem”.

A estimativa de quantidades foi elaborada com base em critérios objetivos, documentos comprobatórios e análise técnica fundamentada. O detalhamento está disponível em campo específico do ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS e na planilha de consolidação anexa ao Documento de Formalização da Demanda (DFD), elaborada com a participação das Diretorias de Administração de cada unidade do IFAL.

Ao observar as diretrizes legais e institucionais, a presente estimativa garante que o processo licitatório seja conduzido com planejamento, responsabilidade e transparência, minimizando riscos de sobrestocagem, insuficiência de insumos e desperdício de recursos públicos.

Por atender ao art. 7º, inciso V e §2º da IN nº 40/2020, bem como ao art. 15, §7º, II da Lei nº 8.666/93, este campo é obrigatório e essencial à adequada formalização da fase preparatória da contratação, promovendo o equilíbrio entre necessidade, viabilidade orçamentária e oferta de mercado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 123.000,00

A estimativa do valor da contratação é elemento essencial do planejamento da despesa pública e integra o Estudo Técnico Preliminar, conforme determina o inciso VI do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, devendo estar acompanhada dos preços unitários referenciais, das respectivas memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte. De acordo com o §2º do mesmo artigo, o preenchimento deste campo é obrigatório.

A finalidade primordial da estimativa de valor é permitir que a Administração fundamente adequadamente a definição da modalidade de contratação, analise a viabilidade orçamentária da despesa e adote decisões compatíveis com a realidade do mercado, evitando sobrepreços ou subpreços, nos termos dos princípios constitucionais da economicidade, eficiência e legalidade.

No presente caso, os elementos de precificação foram consolidados em planilha própria, com os respectivos valores unitários referenciais, evidenciando o valor total estimado da contratação. O detalhamento completo da estimativa de preços, incluindo os quantitativos, os preços unitários e totais, encontra-se especificado no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, e também no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

1. Metodologia utilizada na pesquisa de preços

A metodologia adotada para composição da estimativa de preços observou os critérios estabelecidos pelo Guia de Elaboração de Estimativas de Preços da Administração Pública Federal, editado pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, e encontra respaldo na jurisprudência do TCU, especialmente no Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário.

Os preços de referência foram obtidos por meio das seguintes fontes:

- Contratações similares registradas em painéis de compras públicas, especialmente no Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) e no Painele de Preços do Governo Federal;
- Pesquisas diretas de preços junto a fornecedores, com solicitação formal encaminhada por e-mail às empresas especializadas, com critérios objetivos de especificação e prazo de validade;
- Catálogos e sites especializados, com base em preços praticados publicamente por fornecedores que ofertam os itens demandados;
- Contratos anteriores firmados por outras instituições da Administração Pública Federal, especialmente Institutos Federais da região Nordeste, com similaridade de objeto, data e porte.

A escolha dessas fontes assegura que a estimativa esteja baseada em dados de mercado atualizados, fidedignos e auditáveis, conforme exigido pelos normativos vigentes. A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com as boas práticas estabelecidas pela IN nº 65 /2021 – SEGES/ME, garantindo a adequação entre valor estimado e realidade mercadológica.

2. Documentação de suporte

Os documentos que serviram de base à pesquisa de preços, incluindo:

- prints de páginas de internet;
- cotações formais obtidas por e-mail;
- notas de empenho de contratações similares de outros entes federativos;

- planilhas comparativas e demonstrativos de preços médios, máximos e mínimos;

foram reunidos em anexo específico, integrante dos autos processuais, podendo, a critério da Administração, ser classificado como documento sigiloso, conforme previsão do art. 13, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, e também da própria IN 40/2020, que prevê a possibilidade de sigilo da estimativa de preços até a fase externa da licitação, com vistas à preservação da competitividade e isonomia entre os licitantes.

A memória de cálculo que sustenta o valor estimado da contratação também consta do DFD – Documento de Formalização da Demanda, elaborado com a colaboração da Diretoria de Administração do campus demandante e da equipe de planejamento da Reitoria.

3. Validação institucional e aderência ao planejamento estratégico

A definição do valor estimado está em consonância com as diretrizes institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028 do IFAL, que estabelece como princípio de governança a alocação eficiente dos recursos públicos e o monitoramento contínuo das contratações, visando à sustentabilidade financeira da instituição.

O Capítulo 10 do PDI/IFAL, que trata do Plano de Infraestrutura Física e Tecnológica, determina que “as aquisições e contratações devem ser precedidas de estudos técnicos e financeiros que assegurem não apenas a viabilidade orçamentária, mas também a sustentabilidade operacional e a transparência dos processos decisórios”.

Dessa forma, o valor da contratação foi estimado com base em critérios técnicos e econômicos, garantindo coerência com os objetivos institucionais e a realidade orçamentária da unidade demandante, sem comprometer a qualidade da solução proposta nem o equilíbrio do contrato a ser firmado.

4. Enquadramento legal e compatibilidade com os limites legais para contratação direta

A análise do valor total estimado permitiu verificar a aderência da contratação aos limites estabelecidos pelo art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta (por dispensa de licitação) nos casos de contratação de bens e serviços comuns com valor inferior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme fixado pelo Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, e atualizado conforme a Portaria ME nº 424/2023, com base no IPCA acumulado.

A evidência do valor estimado dentro desse limite legal encontra-se expressa tanto no DFD quanto no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, demonstrando que a solução pretendida se enquadra como contratação por dispensa de licitação, respeitando os parâmetros legais exigidos para sua formalização e instrução adequada.

Caso haja, futuramente, agregação de novas unidades ou reavaliação de escopo que ultrapasse esse limite, o processo será revisto para eventual enquadramento em modalidade competitiva, nos termos dos artigos 28 a 32 da Lei nº 14.133/2021.

5. Considerações finais

A estimativa de valor foi elaborada com observância aos princípios da transparência, da economicidade, da razoabilidade e da responsabilidade fiscal, tendo como base metodologia reconhecida, pesquisa válida e documentação robusta. A consolidação dos dados permite que a Administração tenha plena segurança quanto à viabilidade orçamentária da contratação e quanto à regularidade de sua condução sob a perspectiva legal, técnica e financeira.

O valor estimado permite a formalização da contratação de forma segura, dentro dos limites legais de dispensa de licitação, e com garantia de aderência aos interesses institucionais e ao interesse público, contribuindo para o fortalecimento da governança institucional e da integridade nas contratações públicas.

O detalhamento completo da estimativa de valor, por item e por unidade, encontra-se disponibilizado em campo próprio do ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS e consolidado no Documento de Formalização da Demanda (DFD), com as respectivas memórias de cálculo, registros da pesquisa de mercado e documentos comprobatórios, permitindo a rastreabilidade plena das decisões administrativas adotadas nesta fase preparatória.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O presente Estudo Técnico Preliminar contempla a análise do item "Justificativa para o parcelamento ou não da solução", conforme determinado pelo inciso VII do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, sendo este campo de preenchimento obrigatório, nos termos do §2º do mesmo artigo. Tal análise visa atender aos princípios que norteiam a Administração Pública, em especial os da economicidade, isonomia, competitividade e eficiência, buscando assegurar contratações mais vantajosas para o interesse público.

O parcelamento da contratação é a regra a ser observada pela Administração, conforme disposto no §1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993, cuja aplicação continua válida subsidiariamente, conforme preconiza o art. 186 da Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência consolidada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A Súmula nº 247 do TCU reforça esse entendimento ao afirmar:

“É obrigatória a divisão do objeto da licitação sempre que tecnicamente possível e economicamente viável, visando à ampla participação de licitantes em igualdade de condições.”

No entanto, conforme também reconhecido pela legislação e pela jurisprudência, o parcelamento do objeto não deve ser adotado de forma indiscriminada, sendo necessária uma análise técnica e econômica que demonstre a viabilidade da divisão da solução sem prejuízo à execução contratual, à eficiência administrativa, à economia de escala e à competitividade.

1. Fundamentação técnica da não adoção do parcelamento

A presente contratação possui escopo e finalidade claramente definidos, com unidade técnica e funcional entre os itens listados no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, o que caracteriza a interdependência entre eles e justifica o tratamento conjunto da solução. A contratação, em sua totalidade, visa suprir necessidades integradas de natureza operacional e administrativa das unidades demandantes do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), de forma que o fracionamento do objeto poderia comprometer a coesão da solução contratada, a eficiência da entrega, bem como gerar sobrecarga administrativa ao órgão.

A análise técnica realizada pelas equipes das Diretorias de Administração das unidades envolvidas, cujos pareceres foram consolidados no Documento de Formalização da Demanda (DFD), indica que os itens demandados se complementam operacionalmente, e o seu atendimento de forma conjunta reduz custos indiretos, otimiza prazos de entrega, uniformiza padrões de atendimento e facilita o controle e fiscalização contratual.

Além disso, eventual separação do objeto em múltiplos certames ou contratos distintos representaria riscos significativos, entre os quais destacam-se:

- Fragmentação da responsabilidade contratual, dificultando o monitoramento e a fiscalização da execução;
- Aumento de custos indiretos, com múltiplas contratações administrativas, assinaturas contratuais e gestões paralelas;
- Possível incompatibilidade técnica entre itens adquiridos separadamente, prejudicando a padronização e integração dos insumos ou serviços;
- Dificuldades logísticas e de armazenamento, geradas por entregas descentralizadas e fora de sincronia.

Esses fatores apontam para a inviabilidade técnica do parcelamento, reforçando a pertinência da contratação integrada como forma de garantir melhor solução para a Administração Pública, em conformidade com os princípios do planejamento e da racionalidade administrativa.

2. Fundamentação econômica da não adoção do parcelamento

Sob a ótica econômica, a consolidação do objeto em um único processo resulta em economia de escala, permitindo a obtenção de melhores condições comerciais, em especial no que diz respeito a:

- Redução de custos de transporte e logística por parte do fornecedor;
- Negociação de preços unitários mais vantajosos em função da maior quantidade contratada;
- Condições mais favoráveis de pagamento e garantia;
- Minimização de retrabalhos administrativos e fiscais.

Esses aspectos foram considerados na elaboração da estimativa de preços, conforme registrado no campo específico deste ETP e no DFD da contratação, sendo possível verificar que a consolidação do objeto resulta em valor global mais vantajoso para o Ifal, quando comparado a simulações de contratações fragmentadas realizadas nos estudos preliminares.

Além disso, a centralização da contratação permite uma melhor gestão orçamentária, dado que facilita o planejamento da despesa e a alocação de recursos em um único empenho, o que reduz a burocracia e contribui para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais, conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional 2024–2028 do IFAL:

“A racionalização da despesa pública e a eficiência na gestão de contratos devem orientar a atuação administrativa do Instituto, promovendo o uso responsável e estratégico dos recursos orçamentários disponíveis.” (PDI/IFAL 2024–2028, p. 87)

3. Considerações sobre a competitividade e a isonomia

A adoção de processo único para a contratação em questão não restringe a competitividade, uma vez que o objeto trata de itens ou serviços comuns no mercado, com ampla oferta por parte de empresas de diversos portes. Ademais, o processo licitatório será estruturado com base em lotes homogêneos, definidos no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, quando aplicável, e com cláusulas editalícias compatíveis com a realidade do setor, assegurando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

A análise dos mercados fornecedores revela que a contratação conjunta não representa barreira à entrada de potenciais licitantes, ao contrário, tende a atrair empresas com maior capacidade de atendimento e interesse na consolidação da venda, promovendo a competição qualificada e assegurando melhores propostas.

4. Posicionamento normativo e jurisprudencial

Como reforço, é importante destacar que o parcelamento é a regra, mas deve ser tecnicamente possível e economicamente viável, conforme a já citada Súmula nº 247 do TCU. A mesma diretriz consta no Guia de Planejamento das Contratações da Administração Pública Federal, emitido pela SEGES/ME, o qual orienta:

“A decisão sobre parcelar ou não deve ser justificada de forma técnica e econômica, considerando os riscos envolvidos, a capacidade do mercado fornecedor, a economia de escala e os impactos na gestão do contrato.”

A Instrução Normativa nº 40/2020, em seu art. 7º, inciso VII, orienta que o ETP deve conter a justificativa técnica e econômica da adoção ou não do parcelamento, considerando inclusive a possibilidade de cotação de quantidade inferior à demandada, quando o objetivo for a ampliação da competitividade e a preservação da economia de escala.

No presente caso, essas diretrizes foram observadas e constam explicitadas nos autos, com os respectivos estudos e pareceres técnicos da equipe demandante.

5. Conclusão

Diante da análise técnica e econômica realizada, e considerando os princípios da eficiência, economicidade, padronização e otimização da gestão contratual, não se justifica o parcelamento do objeto. A contratação conjunta apresenta-se como a forma mais vantajosa para o Instituto Federal de Alagoas, garantindo:

- A obtenção de economia de escala;
- A padronização dos insumos e serviços;
- A simplificação e racionalização da gestão contratual;
- A manutenção da competitividade no certame;
- A coesão operacional entre os itens demandados;
- A redução dos riscos administrativos, logísticos e de execução.

A não adoção do parcelamento encontra-se devidamente fundamentada nos elementos constantes deste Estudo Técnico Preliminar, no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS e no Documento de Formalização da Demanda, em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de gestão das contratações públicas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Em atendimento ao que dispõe o inciso VIII do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, que determina a obrigatoriedade de indicar, nos Estudos Técnicos Preliminares, a existência ou não de contratações que guardem relação ou interdependência com o objeto da contratação pretendida, e conforme exigido pelo §2º do mesmo artigo, que obriga a apresentação de justificativa em caso de ausência de informações nesse campo, apresenta-se a seguir a devida análise, com vistas à perfeita instrução do processo de contratação e à observância dos princípios do planejamento, transparência e racionalidade administrativa.

1. Fundamentação Legal e Técnica

A análise da existência de contratações correlatas e/ou interdependentes é essencial para assegurar a coerência e integração das ações administrativas, permitindo que a Administração:

- Evite duplicidade de contratações ou sobreposição de objetos;
- Promova o adequado planejamento logístico e orçamentário;
- Alcance maior eficiência na gestão contratual;
- Explore sinergias entre contratos existentes ou previstos;
- Minimizar riscos operacionais e administrativos, especialmente em contratações que envolvam serviços contínuos, bens de consumo ou fornecimentos modulares.

A eventual relação de interdependência entre contratações pode dizer respeito a objetos que se complementam técnica, funcional ou operacionalmente, e que, por essa razão, requerem gestão coordenada para garantir a entrega satisfatória da solução administrativa pretendida.

É nesse contexto que o presente Estudo Técnico Preliminar contempla análise específica acerca da existência ou não de tais relações contratuais, com base nos registros históricos das contratações vigentes, nos planejamentos institucionais realizados no âmbito do IFAL, nas informações consolidadas no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e nas planilhas constantes do ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS.

2. Análise da existência de contratações anteriores, vigentes ou futuras que guardem correlação com a presente contratação

A equipe técnica responsável pela elaboração deste ETP procedeu ao levantamento das contratações já realizadas, vigentes e previstas no plano de contratações anual (PCA), bem como à consulta aos sistemas eletrônicos de compras e à base de dados institucional da Diretoria de Administração e Planejamento das unidades envolvidas.

Após essa análise, não foram identificadas contratações em curso, concluídas recentemente ou em fase de planejamento que guardem relação de complementaridade, dependência operacional ou afinidade funcional direta com o objeto da contratação ora pretendida.

Tampouco foram identificadas contratações futuras, em fase de instrução ou de planejamento, cujo escopo seja convergente, superponível ou potencialmente interdependente com os itens descritos no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS.

Em outras palavras, não há contratos vigentes ou projetados no IFAL que dependam desta contratação para assegurar sua plena execução, tampouco esta contratação depende de fornecimentos, serviços ou insumos oriundos de outras contratações vigentes para alcançar sua finalidade administrativa.

3. Especificidade e independência do objeto pretendido

A natureza do objeto descrito no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS é específica e plenamente autônoma, podendo ser executada isoladamente sem comprometer a entrega de outras soluções administrativas em curso na instituição. A contratação atende a uma demanda pontual, delimitada em escopo, quantitativos e aplicação, não estando vinculada a programas maiores de aquisição continuada, tampouco a contratos de natureza integrada ou sistêmica.

Ainda que o objeto da contratação se insira no escopo de manutenção das atividades institucionais do IFAL, sua execução não está condicionada à entrega prévia, simultânea ou posterior de insumos, bens ou serviços objeto de outras contratações da instituição, o que afasta a hipótese de interdependência operacional ou técnica.

Do mesmo modo, a demanda não se insere em contextos de aquisições em cadeia, tal como sistemas de TI com múltiplas etapas, serviços modulares, contratos por escopo tecnológico ou fornecimentos integrados, em que a ausência de uma das partes comprometeria a finalidade da contratação principal.

4. Avaliação de potenciais riscos de sobreposição contratual

No tocante ao gerenciamento de riscos, com base nas boas práticas previstas no Manual de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal e nas orientações da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), foi realizada análise crítica quanto à possibilidade de sobreposição de contratações com finalidades similares ou que pudessem gerar duplicidade de esforços administrativos.

Essa análise buscou identificar, por meio da verificação de contratos registrados no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), no ComprasNet, e nos registros internos da Coordenação de Suprimentos e Logística, qualquer indício de contratações previamente realizadas com escopo semelhante.

Conclui-se que não há qualquer risco de duplicidade contratual, sobreposição de objetos ou conflito de escopo entre esta contratação e outras eventualmente em curso ou previstas.

5. Reflexos orçamentários e logísticos

A inexistência de contratações correlatas ou interdependentes também repercute positivamente na gestão orçamentária e logística da contratação, pois:

- Permite alocação específica e direta dos recursos orçamentários no plano de aplicação aprovado;
- Simplifica os procedimentos de controle de entrega, recebimento e fiscalização do objeto;
- Elimina a necessidade de coordenação intercontratual ou de sincronização de cronogramas entre diferentes fornecedores.

Esse aspecto confere autonomia total ao processo licitatório ora em instrução, favorecendo a celeridade, a previsibilidade e o controle eficiente de todas as fases da contratação.

6. Conclusão

Diante de todo o exposto, declara-se, de forma conclusiva, que não há contratações correlatas ou interdependentes com a presente contratação. A solução administrativa pretendida possui caráter autônomo, execução independente e finalidade específica, inexistindo vínculos técnicos, funcionais, operacionais ou logísticos com outras contratações passadas, presentes ou futuras no âmbito do Instituto Federal de Alagoas – IFAL.

A ausência de interdependência contratual foi atestada pela equipe técnica demandante, conforme registrado no Documento de Formalização da Demanda (DFD), e devidamente validada pelos setores de planejamento e suprimentos do IFAL. As informações detalhadas que compõem o objeto da contratação, seus quantitativos e respectivas especificações técnicas encontram-se descritas no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, o qual integra este Estudo Técnico Preliminar.

Assim, a presente contratação segue os princípios constitucionais da Administração Pública, especialmente os da eficiência, planejamento, legalidade e economicidade, estando devidamente instruída quanto à ausência de contratações correlatas ou interdependentes, conforme exigido pela legislação vigente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação, cuja descrição detalhada encontra-se no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, alinha-se de forma clara e inequívoca com os objetivos estratégicos e os macrodesafios definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), ciclo 2024–2028, especialmente no que tange ao fortalecimento da capacidade institucional, à promoção da qualidade nos serviços educacionais e ao uso eficiente e racional dos recursos públicos.

O PDI/Ifal, como instrumento de planejamento estratégico e de gestão, estabelece diretrizes e metas que orientam as decisões administrativas e pedagógicas da instituição no médio prazo. Nesse sentido, toda e qualquer contratação realizada deve observar o seu alinhamento com os objetivos institucionais definidos no referido documento, em conformidade com o princípio constitucional da eficiência administrativa e com os ditames do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

Dentre os objetivos estratégicos descritos no Capítulo 10 do PDI/Ifal, destacam-se aqueles que guardam estreita relação com a presente contratação:

- **Objetivo Estratégico 1:** *"Ampliar e qualificar a infraestrutura física e tecnológica da instituição, garantindo ambientes adequados para o ensino, pesquisa, extensão e gestão"*. A contratação pretendida visa exatamente dotar as unidades organizacionais do Ifal de melhores condições estruturais, seja por meio da aquisição de bens, da prestação de serviços ou da manutenção de equipamentos e ambientes institucionais, fomentando um ambiente educacional mais eficiente, acessível e moderno.
- **Objetivo Estratégico 3:** *"Fortalecer a política de governança institucional e de gestão por resultados"*. Nesse contexto, as contratações públicas devem estar vinculadas a mecanismos de controle, transparência e melhoria da eficiência da administração, o que impõe à área demandante a responsabilidade de instruir o processo com estudos técnicos e planejamento prévio adequados.
- **Objetivo Estratégico 5:** *"Promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social nas ações institucionais"*. A solução adotada pela presente contratação foi selecionada também considerando sua viabilidade econômica, adequação às reais necessidades da Instituição e a observância aos princípios da economicidade, do interesse público e da sustentabilidade, conforme exigido pelos normativos legais vigentes.
- **Objetivo Estratégico 6:** *"Fortalecer a gestão democrática e participativa com foco no planejamento institucional"*. A elaboração desta contratação ocorreu de forma integrada com os setores administrativos das unidades finalísticas do Ifal, evidenciando o compromisso com a gestão participativa e a coerência entre os insumos e as metas estabelecidas nos documentos de planejamento.
- **Objetivo Estratégico 7:** *"Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade"*. A contratação em pauta tem por finalidade contribuir diretamente para a elevação do padrão de qualidade dos serviços educacionais oferecidos pelo Ifal, na medida em que supre demandas operacionais e estruturais imprescindíveis ao funcionamento adequado da instituição.

No tocante ao planejamento operacional, a contratação está devidamente inserida no Plano Anual de Contratações (PAC) do Ifal, sendo seu código e detalhamento funcional compatível com os registros constantes no sistema informatizado utilizado pelo órgão para consolidação e acompanhamento das demandas institucionais.

Adicionalmente, a definição da solução foi orientada por princípios de economicidade e busca por soluções amplamente aderentes às práticas de mercado, tendo sido observadas as diretrizes do Guia de Elaboração do Estudo Técnico Preliminar da Administração Pública Federal e os preceitos contidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020.

Destaca-se ainda que o ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS apresenta com precisão os códigos CATMAT e/ou CATSERV dos bens e serviços demandados, bem como a vinculação da demanda às unidades organizacionais do Ifal que apresentaram a necessidade, evidenciando o planejamento descentralizado e orientado por critérios técnicos.

Portanto, com base nas informações prestadas e nos fundamentos contidos no Capítulo 10 do PDI/Ifal 2024–2028, conclui-se que a presente contratação está plenamente alinhada com o planejamento institucional do Instituto Federal de Alagoas, tanto em termos estratégicos quanto operacionais, e encontra-se devidamente prevista nas ferramentas formais de planejamento da instituição, nos termos do art. 7º, inciso IX da IN nº 40/2020.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação, cujo detalhamento técnico encontra-se descrito no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, objetiva a geração de benefícios diretos e indiretos voltados à promoção da melhoria da gestão institucional, da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e da eficiência na aplicação dos recursos públicos, em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028 do Instituto Federal de Alagoas – Ifal.

Do ponto de vista operacional, os ganhos diretos com a contratação incluem o aprimoramento da infraestrutura, o fortalecimento das atividades administrativas e acadêmicas e o suporte às ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, contribuindo para a entrega de serviços públicos de maior qualidade e efetividade. A padronização de procedimentos, o aumento da capacidade de resposta das unidades administrativas e a redução de retrabalho são resultados esperados diretamente da adoção de soluções contratadas com base em critérios técnicos bem definidos.

Sob a perspectiva da eficiência administrativa, a contratação promoverá o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, ao permitir a racionalização das atividades-meio, a liberação de servidores para funções estratégicas e a mitigação de falhas operacionais decorrentes da ausência ou insuficiência de insumos, equipamentos ou serviços de suporte. A contratação contribui, portanto, para o incremento da produtividade institucional, alinhada ao princípio da eficiência estabelecido pelo art. 37 da Constituição Federal.

Em termos de eficácia, o atendimento direto às necessidades identificadas pelas diretorias e setores técnicos das unidades do Ifal proporcionará maior capacidade de execução das ações previstas nos planos de trabalho anuais, possibilitando o alcance dos objetivos institucionais fixados no PDI. Isso se evidencia especialmente nas contratações que visam a assegurar a continuidade de serviços essenciais, evitar desassistência de atividades operacionais e dar suporte logístico às atividades finalísticas da instituição.

Além disso, a contratação promove ganhos em economicidade, na medida em que o processo foi precedido de estimativa de custos baseada em valores praticados no mercado, conforme demonstrado no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e nas planilhas anexas, observando os limites legais de dispensa previstos no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021. A adoção de critérios objetivos para a definição da solução contratada, conforme disposto na Instrução Normativa nº 40/2020, também assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

No tocante ao desenvolvimento nacional sustentável, os bens e serviços que compõem a contratação foram selecionados com base em critérios de durabilidade, sustentabilidade e impacto ambiental reduzido, sempre que possível, em consonância com os preceitos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e do Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a logística reversa e o consumo sustentável no âmbito da administração pública federal.

Ademais, os benefícios institucionais decorrentes da contratação estão diretamente vinculados aos objetivos estratégicos definidos no PDI 2024–2028, especialmente:

- Objetivo Estratégico 1 – Ampliar e qualificar a infraestrutura física e tecnológica da instituição: a contratação permitirá dotar as unidades do Ifal dos meios materiais e logísticos necessários para seu funcionamento regular e adequado, assegurando maior conforto, segurança, acessibilidade e condições de trabalho e estudo.
- Objetivo Estratégico 3 – Fortalecer a política de governança institucional e de gestão por resultados: ao viabilizar a execução de ações planejadas e orçamentadas, com base em critérios técnicos e metas de desempenho, a contratação fortalece a capacidade de gestão do Ifal, assegura a efetividade das políticas institucionais e aumenta a capacidade de prestação de contas à sociedade.
- Objetivo Estratégico 5 – Promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social nas ações institucionais: a contratação observou práticas sustentáveis, tanto no dimensionamento das quantidades e da solução a ser contratada, quanto no uso racional de recursos e na valorização da eficiência energética e da redução de impactos ambientais.
- Objetivo Estratégico 7 – Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade: ao garantir a regularidade no fornecimento de materiais, serviços ou equipamentos, a contratação contribui diretamente para a elevação do padrão de qualidade das ações institucionais e dos serviços educacionais oferecidos, impactando positivamente alunos, servidores e a sociedade como um todo.

Sob o aspecto indireto, os benefícios se estendem à promoção de ambiente organizacional mais favorável à aprendizagem, ao desenvolvimento institucional e à inovação. Também há ganhos sociais relacionados à transparência e à previsibilidade dos atos administrativos, que contribuem para a credibilidade e legitimidade da atuação do Ifal enquanto órgão público federal voltado à educação profissional e tecnológica.

Assim, a presente contratação não representa apenas a aquisição de bens ou serviços, mas a efetivação de uma estratégia institucional de aprimoramento da gestão, da infraestrutura e dos serviços prestados, com impactos mensuráveis em indicadores de desempenho institucional e educacional, conforme metas estabelecidas no PDI 2024–2028.

Conclusivamente, a contratação representa uma ação planejada, racional e eficiente, cujos benefícios institucionais são amplamente justificáveis sob as óticas da eficiência, eficácia, economicidade e sustentabilidade, estando plenamente alinhada com as metas institucionais e com os valores constitucionais que norteiam a administração pública. O detalhamento técnico e quantitativo dos itens a serem contratados encontra-se registrado no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, e sua estimativa de custo e benefício está devidamente instruída no DFD, em conformidade com as normas vigentes e com os princípios do interesse público.

13. Providências a serem Adotadas

Em atendimento ao disposto no inciso XI do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, a presente seção apresenta, de forma clara e objetiva, as providências administrativas a serem adotadas previamente à celebração do contrato, com vistas a assegurar o pleno êxito do procedimento de contratação, a regularidade dos atos administrativos e a efetiva execução do objeto, conforme especificado no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS.

A adoção de providências prévias à contratação é parte essencial do processo de planejamento, assegurando que os contratos públicos não apenas se iniciem de maneira regular, mas também sejam executados de forma eficiente e transparente, em estrita conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade. Tais providências, detalhadas a seguir, envolvem ações administrativas, técnicas e organizacionais.

1. Adequação da Infraestrutura Física, Técnica e Operacional

Sempre que a contratação demandar a instalação de equipamentos, execução de serviços em ambientes institucionais ou fornecimento de materiais com requisitos específicos, o setor requisitante deverá proceder previamente à verificação e à adequação do espaço físico e das condições operacionais necessárias.

Tais adequações podem envolver:

- Disponibilidade de energia elétrica compatível com os equipamentos a serem instalados;
- Acesso facilitado aos ambientes onde os serviços serão prestados;
- Liberação de espaços para recebimento e armazenamento de materiais;
- Sinalização ou organização prévia do local para execução de serviços de natureza contínua.

Quando for o caso, tais adequações serão providenciadas pelas Diretorias de Administração ou setores correlatos, com apoio das Coordenações de Infraestrutura e Manutenção.

2. Designação e Capacitação de Fiscais e Gestores Contratuais

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, notadamente o art. 117 e o art. 8º, §3º, é obrigatória a designação formal de fiscais e gestores de contratos, servidores públicos regularmente investidos e capacitados para o desempenho das atribuições relativas à fiscalização técnica, administrativa, financeira e contábil dos contratos administrativos.

Neste sentido, previamente à formalização contratual:

- Será emitida Portaria de Designação de Gestores e Fiscais, conforme os modelos padronizados pelo IFAL;
- Os servidores indicados deverão participar de ações de capacitação ou reciclagem interna, com apoio da Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP) e da Procuradoria Federal, quando necessário, sobre temas como:
 - Atribuições do fiscal e gestor do contrato;
 - Registro de ocorrências em relatório;
 - Comunicação com fornecedores e aplicação de penalidades;
 - Procedimentos de medição e liquidação da despesa.

A capacitação poderá ocorrer mediante ações presenciais ou por meio de módulos da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme disponibilidade e necessidade.

3. Instrução Completa do Processo Administrativo

Antes da assinatura do contrato, será assegurado que o processo contenha:

- Documento de Formalização da Demanda (DFD) com justificativa clara e critérios objetivos;
- Mapeamento de riscos e matriz de riscos (quando aplicável);
- Termo de Referência ou Projeto Básico completo, com menção ao ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS;
- Pesquisa de preços instruída com metodologia válida e evidências de consulta a fontes confiáveis;
- Parecer jurídico conclusivo quanto à viabilidade da contratação;
- Indicação clara da dotação orçamentária compatível e disponível.

Essa estruturação é necessária para que o contrato a ser firmado esteja em plena conformidade com os arts. 7º e 8º da IN nº 40/2020 e o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

4. Consulta à Plataforma +Brasil e a Sistemas Integrados

Será realizada consulta prévia à Plataforma +Brasil, especialmente para verificar se há repasses federais vinculados ao objeto em questão, e também serão verificadas as informações e conformidades junto aos sistemas SIASG, SICONV, SUITE IFAL e Compras.gov.br. Essa providência é relevante para evitar sobreposições de contratos, inadimplementos e garantir aderência às exigências dos órgãos de controle.

5. Análise de Impactos Ambientais e Responsabilidade Técnica

Quando se tratar de bens e serviços que possam causar impacto ambiental, será providenciada a avaliação de conformidade com as diretrizes ambientais internas do IFAL, respeitando os critérios de sustentabilidade e a Política de Logística Sustentável (PLS). Se necessário, a contratação poderá requerer a indicação de responsável técnico habilitado, especialmente nos casos de engenharia ou serviços regulados por conselhos profissionais.

6. Providências Relativas ao Controle Interno e Auditoria

O processo licitatório será previamente submetido ao crivo da Unidade de Controle Interno, conforme o fluxograma de contratações vigente, possibilitando o registro de recomendações e aperfeiçoamentos que mitiguem riscos, aprimorem os resultados esperados e antecipem eventuais exigências dos órgãos de controle externo.

7. Comunicação Interna e Divulgação do Planejamento

As unidades envolvidas na execução do contrato receberão, antes da assinatura contratual, um comunicado formal com informações claras sobre:

- Objeto e prazo da contratação;
- Responsáveis pela fiscalização;
- Regras de recebimento, inspeção e aceite de produtos e serviços;
- Responsabilidades dos setores em caso de ocorrência de vícios ou falhas.

Isso assegura engajamento institucional e comunicação eficiente entre os setores requisitantes, administrativos e de fiscalização.

8. Justificativa para Ausência de Outras Providências (se aplicável)

Caso a natureza do objeto contratual não exija providências adicionais específicas além das aqui descritas – por exemplo, em casos de contratações simples de itens padronizados com entrega direta e imediata – será registrado no processo administrativo a inexistência de exigência de ações complementares, com fundamento na simplicidade do objeto e na inexistência de riscos relevantes associados.

Considerações Finais

A adoção de providências prévias à formalização contratual é indispensável à eficiência e à regularidade da execução dos contratos administrativos no âmbito do Instituto Federal de Alagoas – IFAL. As medidas descritas neste item seguem o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, especialmente seu art. 7º, inciso XI, e demonstram o compromisso institucional com a boa governança

pública, com o planejamento estratégico, com o uso racional dos recursos públicos e com a prestação de serviços de excelência à comunidade acadêmica e à sociedade alagoana.

Reforça-se que o detalhamento técnico dos itens a serem contratados, bem como seus quantitativos e especificações, encontra-se devidamente indicado no campo específico do ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, que integra os autos do processo de contratação. Todas as providências administrativas aqui descritas serão executadas pela unidade requisitante e pelos setores de apoio técnico e administrativo, com vistas à plena regularidade e à excelência da contratação pública pretendida.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Em atenção ao disposto no inciso XII do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020, e nos termos do §2º do mesmo artigo, que torna obrigatória a análise sobre impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento ou mitigação, a presente seção tem por finalidade apresentar uma avaliação detalhada quanto à eventual ocorrência de impactos ambientais relacionados ao objeto da contratação, cujas especificações estão descritas no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, parte integrante deste processo administrativo.

A análise de impactos ambientais é um componente fundamental do planejamento das contratações públicas, pois permite verificar a compatibilidade entre os objetivos institucionais e os compromissos legais e éticos da Administração Pública com o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 3º da Lei nº 14.133/2021, e do Decreto nº 10.936/2022, que institui a Política Nacional de Compras Públicas Sustentáveis.

1. Contextualização e Objetivo da Análise

A presente contratação visa atender a uma demanda administrativa, técnica ou operacional do Instituto Federal de Alagoas, com base na relação de itens descritos no ANEXO I, cujo escopo não envolve diretamente a exploração de recursos naturais, o uso intensivo de insumos poluentes, a geração significativa de resíduos sólidos, e tampouco a instalação de equipamentos ou estruturas de grande porte que causem impactos físicos, químicos ou biológicos relevantes ao meio ambiente.

Desse modo, a presente análise busca identificar, de forma preventiva e fundamentada, eventuais riscos ambientais associados à contratação, ainda que indiretos ou residuais, de modo a demonstrar o cumprimento dos princípios da precaução, da prevenção, da eficiência e da sustentabilidade ambiental.

2. Avaliação Técnica de Riscos Ambientais

Considerando a natureza da contratação, as informações do ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, os ambientes em que o objeto será utilizado ou executado e o ciclo de vida dos insumos eventualmente envolvidos, foi realizada uma análise técnica de riscos ambientais, com os seguintes parâmetros:

- Geração de resíduos sólidos: Inexistente ou residual. A contratação não implica descarte expressivo de embalagens, insumos contaminantes ou resíduos químicos. Materiais eventualmente descartáveis seguirão a Política de Coleta Seletiva vigente no Ifal.
- Consumo de energia elétrica: Irrelevante. Caso haja equipamentos elétricos envolvidos, os mesmos deverão possuir selo de eficiência energética (Procel ou Inmetro), promovendo a racionalização do uso de energia.
- Emissão de ruído ou vibração: Não aplicável. A contratação não implica em obras civis ou instalação de máquinas de grande porte que impactem o conforto acústico do ambiente.
- Risco de contaminação do solo ou da água: Inexistente. O objeto não compreende substâncias perigosas, tóxicas ou corrosivas, tampouco processos de armazenamento que envolvam risco ambiental.
- Interferência na fauna ou flora locais: Inexistente. A execução da contratação ocorrerá em ambientes já consolidados e urbanizados (instalações do IFAL), não havendo qualquer interação com áreas de preservação permanente ou biomas naturais.
- Emissão de gases de efeito estufa (GEE): Irrelevante. Não se verifica transporte ou logística de grande escala, tampouco a contratação envolve atividades com impacto direto na emissão de CO ou similares.

3. Conformidade com a Política de Sustentabilidade do IFAL

A presente contratação está em conformidade com a Política de Sustentabilidade Institucional e com o Plano de Logística Sustentável (PLS/IFAL), os quais orientam que todas as compras e contratações devem buscar:

- Preferência por materiais reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis;
- Valorização de fornecedores que adotem práticas sustentáveis;

- Redução do uso de recursos não renováveis;
- Planejamento de uso racional de materiais e energia.

Eventuais itens adquiridos ou serviços contratados deverão obedecer, sempre que aplicável, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos em normativos da Administração Pública Federal, tais como:

- Instrução Normativa nº 01/2010 – MPOG, que estabelece critérios de sustentabilidade nas aquisições públicas;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 10/2020, sobre logística sustentável;
- Manual de Compras Públicas Sustentáveis – TCU.

4. Medidas de Prevenção e Mitigação (quando aplicável)

Ainda que não se identifiquem impactos ambientais diretos ou significativos, como medida preventiva e em consonância com as boas práticas de gestão ambiental, o IFAL adota diretrizes que mitigam qualquer possível impacto indireto, conforme segue:

- Responsabilidade compartilhada dos setores requisitantes quanto ao descarte ambientalmente adequado de materiais, conforme a Política de Coleta Seletiva do campus;
- Preferência por fornecedores com selos ambientais reconhecidos (ISO 14001, FSC, entre outros), sempre que possível e previsto no edital;
- Uso de mecanismos digitais para tramitação processual, reduzindo o consumo de papel e insumos de impressão;
- Inclusão, nos contratos, de cláusulas de responsabilidade ambiental, quando cabível, estabelecendo penalidades para práticas lesivas ao meio ambiente.

5. Justificativa para Inexistência de Impactos Ambientais Relevantes

Após análise técnica do escopo contratual constante do ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS, conclui-se que o objeto da contratação não apresenta riscos ambientais diretos ou significativos, tratando-se de contratação sem impacto ambiental relevante, seja em termos de:

- Geração de resíduos;
- Consumo de recursos naturais;
- Alterações ambientais locais ou regionais;
- Riscos à saúde ou segurança ambiental.

Dessa forma, não há necessidade de medidas adicionais de controle ambiental, tampouco de obtenção de licenças ambientais ou autorizações de órgãos reguladores como IBAMA, IMA/AL ou Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

Conclusão

Com base nas informações técnicas disponíveis, na análise do escopo da contratação e na Relação de Itens constantes no ANEXO I, não foram identificados impactos ambientais relevantes associados à presente contratação. Em observância ao art. 7º, inciso XII, da IN nº 40/2020, cumpre registrar que:

“A contratação pretendida não enseja qualquer impacto ambiental relevante, não demandando, portanto, medidas específicas de mitigação, compensação ou controle ambiental.”

A Administração reforça seu compromisso com a sustentabilidade, com a observância das normativas vigentes e com a promoção do desenvolvimento institucional em harmonia com os princípios da preservação ambiental, da responsabilidade socioambiental e da eficiência no uso dos recursos públicos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e administrativo, considerando a necessidade institucional relacionada aos itens constantes no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS. Verifica-se a existência de solução disponível no mercado, compatível com as especificações definidas pela Administração, bem como adequação da contratação às necessidades operacionais da unidade requisitante e ao planejamento institucional do IFAL. A contratação observa os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, estando condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da Administração. Dessa forma, a equipe de planejamento declara viável a contratação dos itens constantes no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEX FRANCISCO DE MEDEIROS

COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA

FABIANO BARBOSA DE SOUZA PRATES

DIRETOR DE ENSINO

MARIANO ALEXANDRE DA SILVA NETO FILHO

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar

Prestação de serviços especializados para limpeza, tratamento, conservação e monitoramento da piscina do Instituto Federal de Alagoas, unidade Campus Piranhas, visando garantir a adequada manutenção, higiene e funcionamento do ambiente aquático da instituição.

1. Descrição da necessidade

A necessidade detectada no contexto do Instituto Federal de Alagoas, unidade Campus Piranhas, refere-se à garantia da manutenção adequada, limpeza, conservação e monitoramento do ambiente aquático utilizado pela instituição, a piscina do campus. Esse ambiente desempenha papel relevante nas atividades acadêmicas, esportivas, de lazer e saúde, exigindo cuidados contínuos com a higienização, qualidade da água e funcionamento dos equipamentos, de modo a atender padrões sanitários e oferecer condições seguras para uso da comunidade acadêmica e demais usuários.

Necessidades Encontradas

- Assegurar a limpeza regular e especializada da piscina institucional, prevenindo o acúmulo de sujeira e organismos nocivos.
- Garantir o tratamento químico e físico da água, atendendo às normas de qualidade e segurança sanitária.
- Realizar a conservação dos equipamentos, instalações e acessórios da piscina, promovendo a durabilidade dos recursos públicos e evitando paradas não planejadas no uso da infraestrutura.
- Monitorar continuamente as condições da água e do ambiente aquático para detectar e corrigir eventuais não conformidades, proporcionando um uso seguro e eficiente.

Demandas Geradas

Item Necessário	Descrição da Demanda
Serviços especializados de limpeza, tratamento, conservação e monitoramento da piscina	Requisita mão de obra qualificada e orientação técnica continuada para o correto manejo e limpeza da piscina, tratamento da água, manutenção corretiva e preventiva dos sistemas e monitoramento de parâmetros químicos, biológicos e físicos do ambiente aquático.

Relação com o Interesse Público

A promoção da adequada manutenção e gestão da piscina institucional está diretamente relacionada ao interesse público, pois contribui para a preservação do patrimônio, a redução de riscos à saúde e à segurança dos usuários — predominantemente servidores, alunos e comunidade local — além de garantir condições essenciais para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, esportivas e sociais. Dessa forma, a necessidade identificada reflete não apenas demanda operacional, mas o compromisso da instituição com a oferta de um ambiente seguro, saudável e funcional ao coletivo que usufrui de seus espaços.

2. Requisitos da contratação

A necessidade de garantir a adequada manutenção, limpeza, conservação e monitoramento da piscina institucional do Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas exige o atendimento a requisitos essenciais, que visam promover a salubridade do ambiente aquático, a segurança dos usuários e a durabilidade da infraestrutura, respeitando a legislação vigente e práticas de sustentabilidade. Os itens a seguir detalham os requisitos necessários para o atendimento da demanda encontrada.

Requisitos Essenciais para Atendimento Adequado da Necessidade

- **Execução regular e criteriosa da manutenção e limpeza da piscina:** Realizar procedimentos periódicos para remoção de resíduos, detritos e organismos indesejáveis, assegurando ambientes aquáticos livres de contaminação.
- **Tratamento físico-químico da água:** Aplicar produtos saneantes e/ou soluções adequadas para o controle de parâmetros como pH, cloro, alcalinidade e dureza, observando limites seguros definidos por normas sanitárias.
- **Monitoramento contínuo da qualidade da água e das instalações:** Acompanhar, documentar e registrar os parâmetros físico-químicos e biológicos da água, além do estado dos equipamentos e acessórios, visando à pronta identificação e correção de não conformidades.
- **Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos:** Realizar inspeções e intervenções técnicas em bombas, filtros, sistemas de aquecimento e demais componentes, prevenindo falhas e maximizando a vida útil dos recursos.
- **Mão de obra qualificada:** Assegurar a atuação de profissionais capacitados e treinados, para execução dos serviços dentro das melhores práticas e da legislação aplicável.
- **Adoção de controles e registros:** Manter registros de todas as atividades realizadas, dos produtos utilizados, medições e manutenções, possibilitando rastreamento e fiscalização institucional.

Normativos e Regulamentações Aplicáveis

Normativo	Abrangência/Conteúdo
Lei nº 14.133/2021	Normas gerais de licitações e contratos administrativos, especialmente quanto à necessidade de planejamento prévio, estudo técnico preliminar (ETP) e definição motivada dos requisitos essenciais e especificações adequadas.
Portaria de Consolidação MS nº 5/2017 (Anexo XX) e RDC ANVISA nº 274/2002	Dispõem sobre o controle sanitário da qualidade da água de piscinas, parâmetros de qualidade físico-química e microbiológica e determinações sobre periodicidade de tratamentos e monitoramentos.
Normas da ABNT NBR 10339 e NBR 9818	Estabelecem diretrizes para manutenção, operação, conservação e segurança de piscinas públicas e coletivas.
Demais normativos municipais ou estaduais pertinentes	Legislação sanitária local aplicável à manutenção e uso de piscinas coletivas em instituições públicas.

Práticas de Sustentabilidade Recomendadas

- **Dimensão ambiental:** Priorizar técnicas e produtos que reduzam a geração de resíduos químicos, promovam o uso racional da água e energia, e evitem a contaminação do ambiente externo por descarte inadequado.
- **Dimensão social:** Assegurar condições de trabalho seguras, com acesso à capacitação e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pelos profissionais, além de garantir a acessibilidade e segurança aos usuários da piscina.
- **Dimensão econômica:** Adotar medidas que aumentem a vida útil dos equipamentos e minimizem custos de operação, evitando desperdícios e favorecendo a gestão eficiente dos recursos públicos.

Resumo dos Requisitos Essenciais

Requisito	Descrição
Limpeza regular da piscina	Remoção programada de resíduos e agentes biológicos indesejáveis.
Tratamento físico-químico da água	Manutenção dos padrões de qualidade definidos em legislação e normas técnicas.
Conservação dos equipamentos	Inspeção, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e acessórios.
Monitoramento contínuo	Verificação regular dos parâmetros físico-químicos e biológicos da água, com registro das atividades.
Profissionais qualificados	Equipe treinada para operação segura e conforme os normativos vigentes.
Sustentabilidade	Adoção de práticas ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente eficientes.

Ao atender aos requisitos acima, garante-se o atendimento da necessidade em consonância com o interesse público, promovendo saúde, segurança e eficiência na utilização da piscina institucional, respeitando a legislação e incentivando práticas sustentáveis sob diferentes perspectivas.

3. Estimativa das quantidades

Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E MONITORAMENTO DA PISCINA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, UNIDADE CAMPUS PIRANHAS.	12,00	Unidade	R\$ 10.254,20	R\$ 123.050,40

4. Levantamento de mercado

1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de limpeza, tratamento, conservação e monitoramento da piscina institucional.

Esta alternativa consiste em licitar e contratar, por meio de processo formal, uma empresa especializada e habilitada para executar, de forma continuada, todos os serviços técnicos necessários à manutenção, limpeza, tratamento químico-físico da água, monitoramento dos parâmetros e conservação dos equipamentos e acessórios da piscina. A empresa contratada se responsabiliza por fornecer mão de obra qualificada, materiais, equipamentos e por adotar controles e registros de todas as atividades, alinhados aos normativos vigentes (ANVISA, ABNT, legislação local). Isto permite acesso a profissionais treinados, atualização tecnológica e padronização das práticas, garantindo eficiência operacional, segurança para os usuários e conformidade legal. O modelo é o mais amplamente utilizado por órgãos públicos por incorporar eficiência, rastreabilidade, atendimento a requisitos de sustentabilidade e redução de riscos institucionais, pois transfere a responsabilidade do serviço especializado ao fornecedor contratado sob permanente fiscalização do órgão.

Pontos Positivos:

- Acesso a mão de obra especializada e qualificada
- Padronização dos procedimentos e conformidade com normas legais
- Transferência da responsabilidade técnica ao prestador contratado
- Redução de riscos institucionais e operacionais
- Melhoria na eficiência e rastreabilidade das atividades executadas

Pontos Negativos:

- Dependência contínua do fornecedor externo para a execução dos serviços
- Possíveis dificuldades na fiscalização e controle de qualidade
- Risco de descontinuidade do serviço em caso de rescisão contratual
- Limitação de flexibilidade para ajustes imediatos nas demandas
- Potencial custo elevado em contratos de longa duração

2 - Formação de equipe própria capacitada, com aquisição direta de insumos e equipamentos para a manutenção da piscina.

Essa alternativa envolve a capacitação e alocação de servidores do próprio Instituto Federal de Alagoas (Campus Piranhas) para realizar todas as atividades requeridas (limpeza, tratamento e monitoramento da piscina), suplementada por eventual aquisição de materiais e equipamentos necessários ao serviço. A equipe interna seria treinada especificamente conforme os requisitos sanitários e normas técnicas. A alternativa pode trazer maior controle direto das rotinas e eventual redução de custos em longo prazo, no entanto, demanda investimento inicial em capacitação, tempo de adaptação, riscos de descontinuidade por afastamentos de servidores e dificuldade de atualização tecnológica. Além disso, pode limitar a flexibilidade institucional, pois o serviço específico de manutenção de piscinas exige atualização contínua, especialização e disponibilidade imediata, o que muitas vezes ultrapassa a capacidade operacional interna.

Pontos Positivos:

- Maior controle direto sobre as rotinas de manutenção
- Potencial de redução de custos em longo prazo
- Aprimoramento técnico e valorização dos servidores internos
- Padronização nos procedimentos conforme normas institucionais
- Facilita a personalização das rotinas às necessidades específicas do campus

Pontos Negativos:

- Necessidade de investimento inicial em capacitação e aquisição de equipamentos
- Risco de descontinuidade por afastamento ou remanejamento de servidores
- Dificuldade de atualização tecnológica contínua
- Possível sobrecarga das equipes internas e redução da flexibilidade institucional
- Limitação de especialização para serviços altamente técnicos e imediatos

3 - Contratação de profissional autônomo especializado via requisitório ou credenciamento.

Nesta alternativa, a prestação de serviços seria realizada por profissional autônomo especializado em manutenção, tratamento e conservação de piscinas, selecionado por credenciamento público ou requisição. O profissional executaria as tarefas sob fiscalização institucional, trazendo flexibilidade de contratação e potencial redução de custos em relação à empresa formal. Contudo, há limitações relacionadas à capacidade de atendimento em períodos de ausência, restrição em casos de maior demanda (ex: reparos emergenciais), dificuldade de substituição, risco trabalhista e menor capacidade de mobilização de recursos adicionais em situações emergenciais. Ademais, pode não atender plenamente normativos de responsabilidade técnica e padrões de controle exigidos em contratações públicas de serviços contínuos e especializados.

Pontos Positivos:

- Maior flexibilidade para contratação conforme demanda
- Potencial redução de custos em relação a empresas formais
- Agilidade no processo de seleção por meio de credenciamento
- Relação direta com o profissional especializado
- Possibilidade de contratação pontual sem vínculo duradouro

Pontos Negativos:

- Risco de descontinuidade do serviço em caso de ausência do profissional
- Limitação na capacidade de atendimento em situações de maior demanda ou emergências
- Risco trabalhista em relação ao vínculo empregatício indireto
- Baixa capacidade de mobilização de recursos e pessoal adicional
- Possível não atendimento de normativos técnicos e padrões exigidos em licitações públicas

Alternativa Escolhida

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de limpeza, tratamento, conservação e monitoramento da piscina institucional.

Justificativa

A contratação de empresa especializada é a alternativa que melhor atende aos requisitos legais, técnicos e econômicos da demanda. Ela assegura que todas as atividades críticas para a manutenção e segurança da piscina institucional sejam executadas por equipe qualificada, com respaldo em responsabilidade técnica registrada e alinhamento automático às práticas recomendadas pelos normativos (ANVISA, ABNT e legislação local), e facilita a fiscalização e controle institucional por meio da obrigatoriedade de registros, relatórios e conformidade com padrões de qualidade. Do ponto de vista econômico, permite a previsibilidade dos custos e redução de passivos trabalhistas e operacionais, além de ofertar maior flexibilidade para inclusão de novas rotinas ou adequações ao serviço sempre que houver necessidade. Sob a ótica da sustentabilidade e gestão pública, minimiza riscos de interrupção dos serviços, promove atualização tecnológica e contribui para a eficiência do gasto, sendo ainda a modalidade mais utilizada e recomendada nos contratos administrativos para manutenção de infraestruturas específicas como piscinas institucionais.

5. Estimativa do preço da contratação

O valor total estimado para essa contratação é de: R\$ 123.050,40

6. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida para atender à necessidade de manutenção, limpeza, conservação e monitoramento da piscina institucional do Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos** nessas atividades. Essa escolha se mostra a mais adequada frente às necessidades identificadas e requisitos legais, técnicos e operacionais exigidos, conferindo à instituição uma abordagem abrangente, segura, eficiente e conforme os normativos vigentes.

Descrição Detalhada da Solução Escolhida

A alternativa selecionada implica a **licitação e contratação formal de empresa especializada**, habilitada para prestar, de maneira continuada, todos os serviços técnicos indispensáveis à manutenção da piscina institucional. Os principais pontos que caracterizam e justificam esta solução são:

- **Mão de obra qualificada e especializada:** A empresa contratada disponibiliza profissionais treinados e capacitados, que realizam as rotinas de limpeza, tratamento físico-químico da água, conservação de equipamentos e monitoramento permanente do ambiente aquático, conforme as melhores práticas e exigências normativas.
- **Padronização e conformidade técnica:** Os procedimentos executados seguem rigorosamente as normas da ANVISA, ABNT, legislação local e outros regulamentos pertinentes, atendendo aos parâmetros de qualidade sanitária, segurança e operação recomendados para ambientes aquáticos institucionais.
- **Responsabilidade técnica registrada:** A terceirização assegura que toda a responsabilidade técnica pelos serviços, inclusive registros e relatórios de atividades, seja formalmente assumida pela empresa, sob fiscalização do órgão contratante, reduzindo riscos operacionais e institucionais.
- **Eficiência e rastreabilidade:** Todos os serviços prestados são devidamente documentados, permitindo rastreamento detalhado das atividades, dos produtos empregados, das inspeções e manutenções realizadas, o que facilita o controle institucional e a tomada de decisões.
- **Gestão sustentável:** A empresa contratada é orientada a adotar práticas de sustentabilidade, garantindo, por exemplo, o uso racional de água e energia, destinação correta de resíduos e utilização de produtos menos impactantes ao meio ambiente.
- **Flexibilidade operacional e atualização tecnológica:** Empresas especializadas estão sempre atualizadas quanto às melhores soluções técnicas e tecnológicas disponíveis para manutenção de piscinas, podendo rapidamente adequar suas rotinas a novas demandas ou exigências institucionais, o que fomenta a inovação e a excelência nos serviços realizados.
- **Previsibilidade orçamentária e eficiência econômica:** O formato contratual permite o planejamento preciso dos custos, evita surpresas orçamentárias e reduz passivos trabalhistas, agregando transparência e eficiência à gestão dos recursos públicos.

Atendimento às Necessidades Identificadas

Ao optar pela contratação de empresa especializada, o Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas garante o atendimento pleno e contínuo das necessidades detectadas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Necessidade Específica	Como a Solução Atende
Limpeza regular e especializada	Execução por equipe especializada, com cronograma fixo de limpezas, técnicas apropriadas e materiais adequados, mantendo o ambiente aquático livre de contaminantes.
Tratamento físico-químico da água	Monitoramento rigoroso dos parâmetros (pH, cloro, alcalinidade, etc.) e aplicação controlada dos produtos necessários à manutenção da qualidade da água segundo normas sanitárias.
Conservação dos equipamentos e infraestrutura	Rotinas de inspeção, manutenção preventiva e corretiva em bombas, filtros, acessórios e demais sistemas, garantindo durabilidade e funcionamento ininterrupto.
Monitoramento contínuo e controle de qualidade	Adoção de controles e produção de registros detalhados sobre todas as atividades, medições e intervenções, possibilitando identificação imediata de não conformidades e pronta correção.

Necessidade Específica	Como a Solução Atende
Segurança, saúde e sustentabilidade	Garantia de práticas seguras para profissionais e usuários, observância dos requisitos ambientais e priorização de insumos e métodos minimamente impactantes ao meio ambiente.

Diferenciais e Vantagens da Solução

- **Redução de riscos institucionais:** Ao transferir a responsabilidade técnica, operativa e trabalhista à empresa contratada, minimizam-se riscos de falhas, acidentes e passivos administrativos e judiciais.
- **Melhoria contínua e adaptação:** Contratos podem prever a atualização constante das práticas segundo as evoluções técnicas e legais, mantendo a instituição alinhada aos padrões mais elevados do setor.
- **Atendimento ao interesse público:** Oferece ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento das atividades educacionais, esportivas, de lazer e saúde, preservando o patrimônio público e promovendo bem-estar para servidores, alunos e comunidade.
- **Cumprimento rigoroso dos normativos:** A solução atende completamente as exigências da Lei nº 14.133/2021, Portarias e Resoluções da ANVISA/MS, normas da ABNT e eventuais normas locais aplicáveis, consolidando a legalidade e transparência da ação administrativa.

Resumo da Adequação da Solução

Aspecto Avaliado	Atendimento pela Solução
Eficiência Operacional	Alto nível de profissionalismo, garantia de continuidade dos serviços e resposta rápida às demandas.
Conformidade Normativa	Pleno atendimento às exigências legais, regulatórias e normativas específicas do setor público e sanitário.
Segurança e Saúde	Ambiente aquático seguro para usuários, prevenindo riscos sanitários e acidentes com rigor técnico permanente.
Sustentabilidade	Adoção de práticas sustentáveis nas dimensões ambiental, social e econômica, em consonância com políticas públicas e normativos.

Portanto, a **contratação de empresa especializada por meio de processo licitatório** representa a solução mais completa, eficaz e segura para a demanda apresentada, atendendo integralmente às necessidades do Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas quanto à gestão, operação e segurança da piscina institucional, contribuindo decisivamente para o interesse público, preservação do patrimônio, saúde dos usuários e eficiência da gestão administrativa.

7. Viabilidade da contratação

Sim, a contratação é viável, pois foi conduzida uma análise criteriosa dos requisitos técnicos, soluções disponíveis no mercado e estimativas de custos. A solução identificada atende plenamente às necessidades operacionais e estratégicas, garantindo alta disponibilidade dos serviços essenciais. Além disso, a previsão orçamentária confirma a compatibilidade financeira da contratação, assegurando transparência e eficiência no processo de aquisição.

8. Responsáveis

Criado por JACKSON MOREIRA DE SOUZA

CAMPUS PIRANHAS INST. FED. DE EDUC. TEC AL

Documento de Formalização da Demanda 33/2026

Número do Documento de Formalização da Demanda: 33/2026

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
CIMT - Coordenação de Infraestrutura, Manutenção e Transporte	18/06/2026 00:00	152802	WELLTON AMORIM FALCAO DE LIMA
Descrição sucinta do objeto			
Contratação de empresa para serviços de limpeza, tratamento, conservação e monitoramento da piscina do IFAL – Campus Piranhas, garantindo qualidade da água e condições adequadas de uso.			

2. Justificativa de Necessidade

O presente Documento de Formalização da Demanda (DFD) visa à contratação do OBJETO descrito em campo específico, conforme código de classificação, quantitativos e especificações detalhadas no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS e seus anexo.

A necessidade de contratação está alinhada aos objetivos estratégicos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) para o período de 2024 a 2028. Conforme previsto no referido documento, a gestão institucional está comprometida com a eficiência administrativa, a garantia da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e a promoção da melhoria contínua dos processos internos, metas que exigem suporte estrutural, operacional e logístico adequado.

O PDI 2024–2028 destaca que o planejamento estratégico do IFAL deve ser construído com base em objetivos prioritários capazes de garantir a execução da missão institucional e o alcance da visão de futuro, conforme disposto: “Planejar estrategicamente consiste em aproveitar as oportunidades oferecidas pelo ambiente externo e se proteger das ameaças contidas nele, ao potencializar os pontos fortes internos da instituição e reduzir seus pontos fracos” (PDI, p. 34).

Dentre os objetivos estratégicos estabelecidos no Quadro 1 do PDI, destacam-se os seguintes, diretamente relacionados à presente contratação: OEP2 – Garantir as infraestruturas física e tecnológica adequadas, com foco na otimização da oferta de cursos e no desempenho das atividades acadêmicas e administrativas, cuja meta é assegurar o funcionamento das estruturas e ambientes institucionais conforme as exigências pedagógicas, administrativas e de acessibilidade. Conforme descrito, “proporcionar à sociedade possibilidade de acesso aos cursos ofertados, assegurando as condições de manutenção e funcionamento da infraestrutura física /administrativa e pedagógica” (PDI, p. 54); OEP3 – Otimizar a gestão de recursos para maximizar a captação e melhorar a gestão do gasto, com destaque para a meta de melhoria da eficiência nos processos de planejamento e execução orçamentária, reforçando a necessidade de contratações planejadas, fundamentadas em diagnósticos situacionais e voltadas à racionalização das despesas públicas; OEP1 – Assegurar aos discentes condições de acesso, permanência e conclusão com êxito, o que requer a manutenção de ambientes saudáveis, seguros e funcionais para o desenvolvimento pleno das atividades acadêmicas e administrativas.

Em consonância com o artigo 11, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que impõe como diretriz o planejamento das contratações públicas com base em estudo técnico preliminar que identifique o problema a ser resolvido, é importante destacar que a presente demanda foi identificada a partir da análise contínua das necessidades operacionais da unidade, considerando a complexidade das atividades institucionais e o crescimento da oferta de cursos, projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

O capítulo 10 do PDI/Ifal, que trata da infraestrutura física e tecnológica da instituição, enfatiza que “a adequada infraestrutura física e tecnológica é essencial para garantir a qualidade do ensino, pesquisa, extensão e da gestão administrativa no IFAL”. Esse capítulo também detalha as condições mínimas necessárias para funcionamento dos ambientes institucionais, propondo diretrizes e metas que exigem investimentos permanentes em manutenção, modernização e suporte técnico.

A contratação dos itens especificados no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS é, portanto, imprescindível para assegurar a continuidade e a eficácia das atividades essenciais da Instituição, seja no suporte à manutenção predial, aquisição de insumos técnicos, equipamentos, serviços especializados ou quaisquer bens de consumo e permanentes que viabilizem a consecução dos objetivos institucionais.

Importa destacar que a demanda será revista periodicamente, conforme orienta o Capítulo 13 do PDI, que trata do acompanhamento e da revisão do plano institucional. Essa sistemática visa a garantir a coerência entre o planejamento estratégico e as contratações realizadas, promovendo o uso racional dos recursos públicos.

Por fim, a presente contratação atende aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e continuidade do serviço público, fundamentos essenciais da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) e da boa governança pública. Dessa forma, a contratação é justificada por sua aderência às diretrizes do planejamento estratégico institucional, sua relevância operacional e seu impacto direto na melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade alagoana.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	Serviços de reparo de outros bens		1,00	123.000,00	123.000,00

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIANO BARBOSA DE SOUZA PRATES
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

MARIANO ALEXANDRE DA SILVA NETO FILHO
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

5. Acompanhamento

IdAcompanhamento	Responsável	Data
1 A inserção desta demanda no Plano de Contratações Anuais (PCA) fora dos prazos estabelecidos pelo Decreto 10.947, de 25 de janeiro de 2022, JUSTIFICA-SE pela necessidade superveniente identificada, decorrente de fatores imprevisíveis à época da elaboração do planejamento original.	WELLTON AMORIM	06/05 /2026
2 A inserção desta demanda no Plano de Contratações Anuais (PCA) fora dos prazos estabelecidos pelo Decreto 10.947, de 25 de janeiro de 2022, JUSTIFICA-SE pela necessidade superveniente identificada, decorrente de fatores imprevisíveis à época da elaboração do planejamento original.	FALCAO DE LIMA	16:31
	WELLTON AMORIM	06/05 /2026
	FALCAO DE LIMA	15:21

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS

1. OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, tratamento, conservação, higienização, monitoramento e manutenção preventiva e corretiva da piscina do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, Unidade Campus Piranhas, incluindo fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, materiais e produtos químicos necessários à perfeita execução dos serviços, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços possuem natureza continuada, sendo indispensáveis à manutenção das condições adequadas de funcionamento da piscina institucional, garantindo segurança sanitária, operacional e estrutural para utilização nas atividades acadêmicas, esportivas, pedagógicas e institucionais do Campus Piranhas.

A contratação compreende a execução contínua dos serviços de operação, monitoramento, manutenção preventiva e corretiva da piscina e da respectiva casa de máquinas, incluindo fornecimento integral de insumos e suporte técnico especializado.

A execução contratual deverá observar integralmente os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade, sustentabilidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS :

3.1 Limpeza, Tratamento e Conservação da Piscina

Prestação contínua de serviços de limpeza, higienização, tratamento e monitoramento da piscina institucional, compreendendo:

- Limpeza física diária da piscina;
- Aspiração, peneiração, escovação e filtragem;
- Limpeza das bordas, escadas, raias, azulejos e áreas adjacentes;
- Controle e aplicação de produtos químicos;
- Tratamento físico-químico da água;
- Controle microbiológico;
- Monitoramento permanente da qualidade da água;

ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS

- Manutenção das condições visuais adequadas de transparência e salubridade;
- Registro diário das atividades executadas.

Características da piscina:

- Dimensões aproximadas: 12,5m x 25m x 1,5m;
- Volume aproximado: 500.000 litros.

3.2 Tratamento Físico-Químico da Água

A contratada deverá realizar controle permanente dos parâmetros físico-químicos da água, observando os limites estabelecidos pelas normas técnicas aplicáveis.

Deverão ser realizados, no mínimo:

- Medições periódicas de pH;
- Controle de cloro livre;
- Controle de alcalinidade;
- Controle de dureza cálcica;
- Aplicação de algicidas, clarificantes e demais produtos necessários;
- Registro das medições em planilha de monitoramento;
- Correção imediata de parâmetros fora dos padrões aceitáveis.

Parâmetros mínimos de referência:

- pH entre 7,2 e 7,8;
- Cloro livre entre 0,8 mg/L e 3,0 mg/L;
- Alcalinidade total entre 80 ppm e 120 ppm;
- Dureza cálcica entre 200 ppm e 400 ppm.

ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS

3.3 Análises Laboratoriais

A contratada deverá realizar análises físico-químicas e microbiológicas da água da piscina, em laboratório devidamente acreditado, contemplando:

- Coleta de amostras;
- Transporte adequado;
- Emissão de laudos técnicos;
- Apresentação dos resultados à fiscalização contratual.

Periodicidade mínima:

- 01 (uma) análise semestral;
- Ou sempre que solicitado pela contratante.

3.4 Operação e Manutenção da Casa de Máquinas

Prestação de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas da piscina, compreendendo:

- Operação do sistema de filtração;
- Manutenção de motobombas;
- Verificação de painéis elétricos;
- Inspeção de tubulações e conexões;
- Limpeza dos pré-filtros;
- Retrolavagem dos filtros;
- Reparos hidráulicos;
- Correção de vazamentos;
- Substituição de componentes danificados;
- Registro das manutenções executadas.

Os serviços emergenciais deverão iniciar em até 03 (três) horas após acionamento da fiscalização.

ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS

3.5 Fornecimento de Produtos Químicos e Materiais

A contratada será responsável pelo fornecimento integral de:

- Cloro;
- Barrilha;
- Algicidas;
- Clarificantes;
- Kits de análise;
- Materiais de limpeza;
- Equipamentos operacionais;
- Ferramentas;
- Demais insumos necessários à execução dos serviços.

Os produtos deverão:

- Possuir regularização junto à ANVISA;
- Estar dentro do prazo de validade;
- Ser acompanhados das respectivas FISPQ;
- Observar normas ambientais e sanitárias vigentes.

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO :

A contratada deverá apresentar:

- Alvará de funcionamento compatível com o objeto;
- Comprovação de capacidade técnica;
- Responsável técnico habilitado;
- Registro em conselho profissional competente, quando aplicável;
- Declaração de conhecimento das condições de execução;

ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS

- Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

A execução contratual deverá observar:

- ABNT NBR 10.818 – Qualidade da Água de Piscinas;
- ABNT NBR 11.238 – Segurança e Higiene de Piscinas;
- Resolução CONAMA nº 274/2000;
- Normas da ANVISA;
- Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- Legislação ambiental aplicável.

Os serviços deverão:

- Ser executados de forma contínua;
- Observar os horários definidos pela contratante;
- Ser realizados sem interrupção das atividades institucionais;
- Garantir condições seguras de utilização da piscina;
- Ser acompanhados pela fiscalização contratual;
- Possuir registros operacionais e relatórios periódicos;
- Atender integralmente às exigências do Termo de Referência e do contrato administrativo.

A contratada será integralmente responsável:

- Pelos encargos trabalhistas;
- Pelos encargos previdenciários;
- Pelos encargos fiscais;
- Pela segurança dos trabalhadores;
- Pelo fornecimento de EPIs;
- Pelo gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos gerados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS PIRANHAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES



ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS

5.RESULTADOS ESPERADOS:

Com a presente contratação, espera-se:

- Garantia da qualidade da água da piscina;
- Funcionamento contínuo da estrutura;
- Segurança sanitária dos usuários;
- Preservação dos equipamentos e instalações;
- Redução de riscos operacionais;
- Continuidade das atividades acadêmicas e esportivas;
- Atendimento às normas técnicas e sanitárias vigentes;
- Melhoria das condições de infraestrutura institucional.